



**Rede
Rural**
Nacional

nº1

OUTONO 2012

Revista da Rede Rural Nacional

em Rede

Desenvolvimento Rural: Presente e Futuro

**Políticas e Pontos de Vista
16 Iniciativas Relevantes**



Editorial

Uma Janela para o Mundo Rural

A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR), constituída no âmbito da política de desenvolvimento rural da União Europeia, pretende contribuir para a implementação eficaz das estratégias de desenvolvimento rural, através do envolvimento de diferentes parceiros, instituições e organizações ligadas aos diferentes sectores de atividade.

Esta rede apoia-se no funcionamento de redes rurais em cada um dos estados-membros, tendo para isso sido constituída em Portugal a Rede Rural Nacional (RRN), com a finalidade de facilitar a partilha de experiências, conhecimento e informação entre os diferentes intervenientes do desenvolvimento rural, assim como o apoio à implementação e avaliação das políticas com incidência neste sector.

Neste sentido, a RRN inicia agora a publicação de uma revista temática, esperando que esta contribua para um maior conhecimento do que se faz nos territórios rurais, para a divulgação de iniciativas e para o debate de ideias e práticas sobre a temática tratada.

A estrutura da revista será flexível, embora se preveja a existência de rubricas comuns. "Políticas" e «Pontos de Vista» serão espaços de informação e troca de opiniões, onde se apresentará o tema e serão ouvidos atores de referência, especialistas, técnicos ou organizações que possibilitem um olhar ou contributo diferente e inovador sobre a temática. A rubrica «Iniciativas» apresentará projetos nacionais ou internacionais, relevantes ou inovadores no âmbito da temática.

Neste primeiro número e num momento em que se prepara o período de programação 2014-2020, considera-se oportuno evidenciar a importância e o âmbito do apoio do FEADER no desenvolvimento dos territórios rurais, divulgando-se na rubrica "Iniciativas" um conjunto de projetos de natureza diversa, promovidos em diferentes regiões do país. Nas rubricas "Políticas" e "Pontos de Vista" apresentam-se diversas perspetivas sobre o tema e, para isso, entrevistou-se o Eng.º Daniel Campelo, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, e ouviu-se a opinião de quatro personalidades ligadas ao setor, sobre o presente e o futuro do desenvolvimento rural em Portugal.

A Estrutura Técnica de Animação da RRN envidará todos os esforços para que esta Revista, que se pretende dirigida não só aos membros da RRN, mas também a todos os que prezam o rural, venha a tornar-se num instrumento com valor acrescentado no que respeita à informação, divulgação e discussão das temáticas abordadas, conseguindo, assim, uma maior aproximação entre a Administração, os agentes de desenvolvimento e as populações dos territórios rurais.

Maria Custódia Correia

Coordenadora Nacional da RRN e Chefe de Divisão de Diversificação das Atividades Agrícolas, Formação e Associativismo / DGADR

EDITORIAL	Maria Custódia Correia Uma Janela para o Mundo Rural	
POLÍTICAS	Eduardo Diniz Gabinete de Planeamento e Políticas	2
	Daniel Campelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural	4
PONTOS DE VISTA	Francisco Avillez	6
	Capoulas Santos	7
	Torres Paulo	9
	Cunhal Sendim	10
INICIATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • O Tofu da Ilha do Faial • Rotas Sem Barreiras, um exemplo de turismo dinâmico e inclusivo • Maracujá, produzir com qualidade e transformar • A Quinta do Barranco: um projeto de Helicicultura no coração do Algarve • Quinta do Alcube, quando a produção local de elevada qualidade e a valorização patrimonial se conjugam • Naturasin, uma empresa que decidiu ver mais longe • Vender para o mercado local, apostando em produções hortícolas e frutícolas na Madeira • Uma Loja Azul para promover e comercializar a produção local em Santa Maria • Sitas, criação de serviços de proximidade e reforço dos laços sociais • Encostas do Côa, apostar na oferta turística integrada em meio rural • Melpellets: contribuir para reduzir a fatura energética e defender a floresta • A Vitacress, uma empresa líder em Portugal na produção das baby leaf • A Medida Intervenções Territoriais Integradas: um desafio para proteger a biodiversidade e promover a economia sustentável nos territórios • ITI de Castro Verde: proteger a Paisagem, Salvar as aves e manter a produção em Castro Verde • ITI do Douro Vinhateiro • A Herdade do Fervedouro na ITI do Tejo Internacional: da produção de carne Mirandesa à observação das aves 	12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27
BONS EXEMPLOS		
LER / INTERNET		28

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da Rede Rural Nacional e do Conselho Editorial desta revista.



nº 1

OUTONO 2012

Ficha técnica

Título	EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional
Propriedade	DGADR / Rede Rural Nacional
Editor	DGADR / Rede Rural Nacional
Conselho Editorial	DGADR / UC-ETA da Rede Rural Nacional (Maria Custódia Correia, Ana Entrudo, Teresa Barata); DRAPLVT / representante dos PF-ETA da Rede Rural Nacional (Elizabete Jardim); AG PRODER / PRRN (Nuno Sequeira); AG PRORURAL (Maria José Aranda e Silva); AG PRODERAM (Henrique Seabra); Formiga Luminosa Construtora de Imagem (Cristina Cavaco)
Design	Formiga Luminosa Construtora de Imagem
Impressão	GIO
Distribuição	Rede Rural Nacional
Fotografias	Formiga Luminosa, Construtora de Imagem; autores dos artigos assinados; promotores de iniciativas; ADELAÇOR; e ARDE.
ISSN	2182-8172
Depósito Legal	353177/12

Distribuição Gratuita

Eduardo Diniz

Gabinete de Planeamento e Políticas

A APLICAÇÃO DO FEADER EM PORTUGAL NO PERÍODO 2007-2013

As Orientações Comunitárias para o Desenvolvimento Rural e o Plano Estratégico Nacional

A política comum de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 é apoiada pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), sendo enquadrada por um conjunto de orientações estratégicas comuns, tendo em vista a consonância com as prioridades comunitárias.

O Conselho da União Europeia definiu três grandes objetivos de atuação para a política de desenvolvimento rural:

- o aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação;
- a melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural;
- a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das atividades económicas,

Estes objetivos foram traduzidos em vários eixos de atuação, respetivamente, nos Eixos I, II e III e ainda num eixo IV relativo à abordagem LEADER como forma de implementação de estratégias de desenvolvimento local, ajustadas às necessidades dos territórios.

Com base no conjunto de orientações comunitárias para o desenvolvimento rural foi preparado um Plano Estratégico, por Estado Membro, que constituiu o quadro de referência para a preparação dos diversos programas.

O Plano Estratégico Nacional para Portugal (PEN), refletindo o diagnóstico realizado, a avaliação e experiência dos programas anteriores, bem como as orientações propostas para as políticas públicas, definiu como objetivo final “a promoção da competitividade do setor agro-florestal e dos territórios rurais de forma sustentável. Foram identificados três objetivos estratégicos nacionais, estreitamente ligados aos objetivos e eixos do FEADER, e dois objetivos transversais: «reforçar a coesão territorial e social» e «promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos». O reflexo destes objetivos na alocação de recursos financeiros levou a uma repartição equilibrada entre o Eixo I (40-50%) e o Eixo II (35-45%), refletindo a estratégia então definida em termos da competitividade dos territórios e das empresas e da sustentabilidade dos territórios em que elas se situam.

O contributo do FEADER para o Eixo III situa-se em cerca de 10% do montante total, atendendo ao papel supletivo deste Fundo na melhoria da qualidade de vida no mundo rural e na sua diversificação, para o qual obrigatoriamente contribuem outras políticas nacionais e regionais, nomeadamente as suportadas pelos fundos estruturais.

A abordagem LEADER (Eixo IV), desenvolvida através do apoio aos Grupos de Ação Local na implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento, enquadra a maioria das intervenções ao nível do Eixo III. Durante este período de programação, no início de 2009, finalizou-se o exame de saúde da PAC, definindo-se como fundamental a resposta da política de desenvolvimento rural a novos desafios relacionados com as alterações climáticas, bioenergia, gestão da água e biodiversidade, tendo, para o efeito, sido reforçado financeiramente o orçamento do Desenvolvimento Rural.

No gráfico 1 apresenta-se a distribuição percentual dos valores da programação por Eixo de Desenvolvimento Rural na sequência do exame de saúde da PAC.

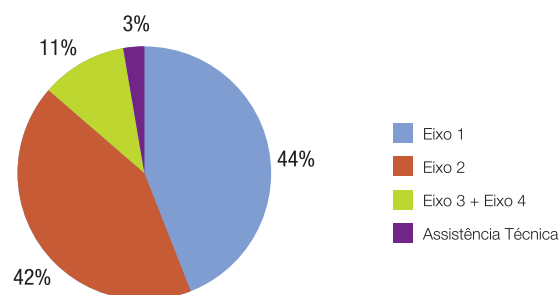


GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES PROGRAMADOS FEADER 2007-2013 PÓS-EXAME DE SAÚDE DA PAC (%) ¹

¹ Programação, com base em: PRODER, Decisão C (2010) 9360 de 17 de Dezembro; PRORURAL, Decisão C (2010) 1224 de 2 de Março; PRODERAM, Decisão C (2010) 1167 de 4 de Março.

Os Programas e Ligação com a Estratégia Nacional

A operacionalização da estratégia de desenvolvimento rural em Portugal é realizada através de três programas de desenvolvimento rural, um para o Continente (PRODER), um para os Açores (PRORURAL) e um para a Madeira (PRODERAM) e ainda de um programa de apoio ao funcionamento da Rede Rural Nacional (PRRN) que abrange todo o território nacional.

No quinto ano de implementação da programação 2007-2013, a execução física e financeira do conjunto dos Programas de Desenvolvimento Rural começa a tornar visível a forma como se está a concretizar a estratégia definida. No gráfico 2 observa-se para 2007-2011 a evolução do fundo aprovado por eixo prioritário do Desenvolvimento Rural e respetivo peso na dotação programada.

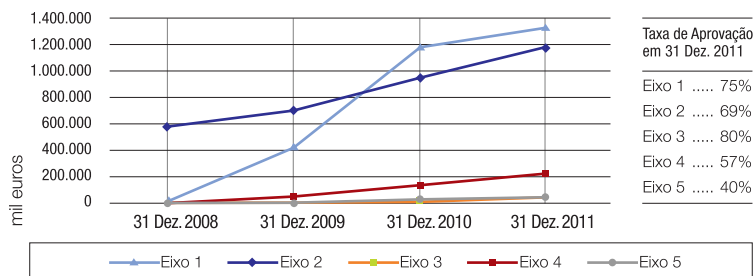


GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO FEADER APROVADO POR EIXO DE DR - PORTUGAL (MIL EUROS)
Fonte: Autoridades de Gestão dos Programas de Desenvolvimento Rural.

Analisando a situação mais recente ao nível de cada um dos programas, reportada ao início de Outubro de 2012, verifica-se uma taxa de aprovação do FEADER de 72,7% no PRODER, 83,3% no PRORURAL e 88,9% no PRODERAM, representando, no conjunto, 74,2% do valor programado para Portugal.

Com base no valor dos pagamentos aos beneficiários verifica-se, no mesmo período, uma taxa de execução do FEADER de 54,3% no PRODER, 62,1% no PRORURAL e 44,8% no PRODERAM, representando, no conjunto, 54,4% do valor programado para Portugal.

O gráfico 3 identifica o valor total de FEADER programado para Portugal, por PDR, e a situação relativa às aprovações e pagamentos aos beneficiários.

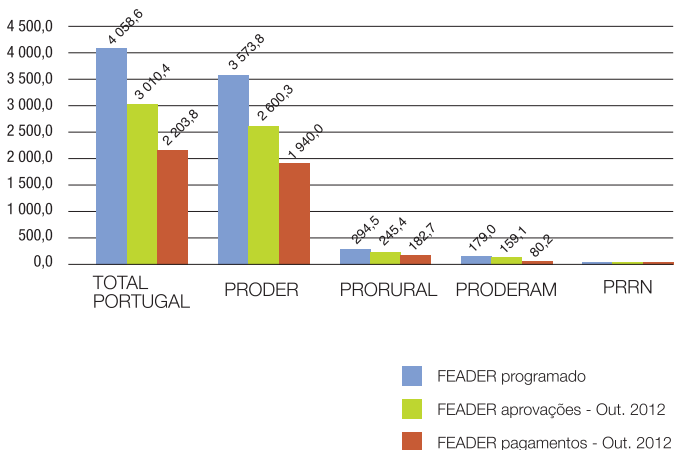


GRÁFICO 3
FEADER – PROGRAMAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO POR PROGRAMA* (MILHÕES EUROS)
PRRN (1 Jun. 2012) – FEADER Programado 9,3 milhões euros; FEADER aprovações: 6,9 milhões euros; FEADER pagamentos: 2,1 milhões euros.
Fonte: Autoridades de Gestão dos Programas de Desenvolvimento Rural.

Comentário final

Em termos de programação e execução, existem progressos assinaláveis na execução dos diversos Programas de Desenvolvimento Rural nos últimos três anos.

Embora podendo indiciar-se uma tendência para atingir, em termos de execução, o equilíbrio indicativo ao nível de cada um dos objetivos do PEN e dos eixos programáticos é fundamental o acompanhamento da sua evolução, mais ainda no atual contexto económico e financeiro, muito diferente do existente no momento da aprovação dos programas.

Esta análise, perante a evidência de um empreendedorismo e dinamismo sectorial refletido na iniciativa de investimento, permite concluir pela importância das políticas públicas atenderem de forma consequente, quer na concepção, quer na operacionalização, às diferentes capacidades e ritmos de resposta dos beneficiários e das intervenções em causa.

Por outro lado, o equilíbrio programático entre eixos prioritários revela o entrecruzamento entre as diversas medidas e os seus efeitos em termos económicos e ambientais, mas também sociais, e a relação entre competitividade e sustentabilidade. Esta terá sido, certamente, uma das razões pelas quais esta abordagem (de fixação a priori de eixos e de limites por eixo) será abandonada no próximo período de programação. A regulamentação comunitária para 2014-2020 confere maior flexibilidade aos Estados Membros na implementação da estratégia para a agricultura e desenvolvimento rural, com um maior enfoque nos resultados face aos objetivos e aos princípios de uma programação integrada no Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

Outubro de 2012



Daniel Campelo

Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural



Aproximando-se do final deste período de programação financeira (2007-2013), qual o impacto da aplicação dos Fundos Comunitários no Desenvolvimento Rural em Portugal?

Sem querer fazer uma análise definitiva sobre o impacto da aplicação do FEADER no Desenvolvimento Rural, a verdade é que o desenho inicial das medidas que foram disponibilizadas aos agentes do sector agro-florestal através do PRODER, não tiveram em consideração a realidade existente no território nacional, nem a racionalização necessária dos recursos financeiros existentes. Reconheço que foram já concretizadas diversas alterações ao modelo inicial com o objetivo de inverter a desadequação das medidas, permitindo assim ao sector agro-florestal maximizar as oportunidades do mundo rural português.

No futuro quadro de programação, uma das questões que merecerá especial atenção, será a simplificação, nas suas diversas vertentes. A simplificação de procedimentos e a transparência de regras e compromissos será sem dúvida, um objetivo transversal dos programas de desenvolvimento rural.

No momento em que se discute o futuro da Política Agrícola Comum e o próximo quadro de programação financeira, que expectativas podemos ter para o apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural em Portugal?

O apoio ao desenvolvimento rural em Portugal, terá como princípio determinante a concentração dos apoios no sector e na produção de bens transacionáveis, dirigido a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agrícolas e florestais. Pretendemos um crescimento inteligente, apoiado no conhecimento e na inovação, que crie benefícios económicos, que contribua para a dinamização de outras atividades económicas no meio rural, criando um ambiente propício ao desenvolvimento económico e social destes territórios.

Por outro lado pretendemos potenciar o papel inerente ao setor, na produção de bens públicos de carácter ambiental e social, nomeadamente na segurança alimentar, na preservação dos recursos naturais como a água e o solo, da biodiversidade e da paisagem, na estabilidade climática, bem como promover a adaptação às alterações climáticas.

Quanto a expectativas relativas a montantes para o futuro apoio ao desenvolvimento rural, que estão em discussão no âmbito das negociações do Quadro Financeiro Plurianual, temos vindo a defender pelo menos um nível de apoio semelhante ao do presente período de programação. Pretendemos que haja uma continuidade dos apoios sem variações bruscas, através do desenvolvimento de programas focados e de simples aplicação, que contribuam para a competitividade, organização estrutural, sustentabilidade e valorização dos territórios rurais.

Existindo nos territórios rurais do interior forte risco de despovoamento e de desertificação em resultado de um conjunto de fatores entre os quais a falta de oportunidades de emprego, a desvalorização da atividade agrícola e a desativação de serviços a nível local, que medidas de política estão previstas no sentido de aumentar a atratividade destes territórios?

O apoio ao desenvolvimento rural, assegurando a produção de bens transacionáveis e bens públicos pelo setor agrícola, tem importância não só pelo seu valor intrínseco como pelos benefícios económicos induzidos. Contribuirá assim também, para a dinamização de outras atividades económicas em meio rural, associadas ao turismo, gastronomia, lazer, para a disseminação do conhecimento e impulso à inovação e criatividade, concorrendo para a criação de empregos e fixação de populações, enquanto instrumento de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

Ainda no âmbito do futuro Quadro de Programação 2014-2020, será celebrado um Contrato de Parceria com a Comissão Europeia, que estabelecerá uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial apoiada por todos os Fundos do Quadro Estratégico Comum – QEC (FEADER, FEDER, FSE, FEAMP e F. Coesão), contribuindo assim de forma acrescida para a atratividade dos territórios rurais.

Para além do contrato de parceria, está aberta ainda a oportunidade de utilizar processos comuns de preparação, gestão e execução de estratégias



de desenvolvimento local. Pretende-se envolver os Fundos do QEC na implementação de estratégias integradas de desenvolvimento local e na formação de grupos de ação local, com base na experiência da abordagem LEADER, contribuindo para uma maior integração dos instrumentos, criando sinergias que contribuam para o sucesso das estratégias locais de desenvolvimento.

Em que medida pode a Rede Rural Nacional contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais?

A Rede Rural Nacional (RRN) é uma estrutura de ligação entre agentes com papel ativo no desenvolvimento rural, que querem partilhar as suas experiências e conhecimentos, melhorar o desempenho e obter melhores resultados.

A rede é um instrumento importante para quem implementa a política de desenvolvimento rural porque estabelece uma ligação direta com os parceiros das zonas rurais, criando uma plataforma de colaboração nos dois sentidos. Tem-se vindo a caminhar no sentido de envolver de diversas formas os parceiros na implementação dos programas, quer criando uma plataforma de diálogo com os decisores, quer pelo desenvolvimento de atividades e projetos em colaboração que contribuem para o conhecimento e desenvolvimento dos territórios rurais.

As pessoas e os agentes de desenvolvimento dos territórios rurais acedem à rede com variadíssimos propósitos entre os quais destaco a procura de informação e aconselhamento, a partilha de conhecimento local, regional e experiências, o desenvolvimento de formas criativas para a resolução de problemas locais, e ainda a identificação de fontes de financiamento.

Tem sido objetivo da RRN, com o desenvolvimento e o adquirir de maturidade, aumentar a compreensão da política de desenvolvimento rural por parte dos parceiros e público em geral, quer pelo seu envolvimento no processo de implementação, quer pela divulgação de atividades desenvolvidas pelos seus membros, pela informação e divulgação de

boas práticas e bons projetos, nacionais e doutros Estados Membros, via ligação à Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

No futuro quadro de apoio será nossa preocupação a continuidade e melhoria da Rede Rural Nacional, tendo por base a experiência adquirida, com uma estrutura simplificada, visando aumentar a participação dos parceiros na execução do desenvolvimento rural, a melhoria dos programas e a informação do público em geral e dos potenciais beneficiários sobre a política do desenvolvimento rural, estabelecendo pontes com outras redes, nomeadamente do conhecimento e inovação.

Desejo fortemente que o caminho à nossa frente possa ser trilhado sem pedras e obstáculos para que estes sectores da economia rural, tão importantes para o desenvolvimento sustentado do país, possam ser verdadeiras autoestradas de aproveitamento da riqueza nacional que é a agricultura e a floresta, concedendo a Portugal o equilíbrio da balança agroalimentar.

Entrevistámos quatro peritos em políticas agrícolas e desenvolvimento rural e pedimos que fizessem o balanço sobre o atual período de programação financeira dos fundos comunitários de desenvolvimento rural e dessem um parecer sobre opções estratégicas relevantes no próximo quadro de programação financeira.

Pergunta 1:

Aproximando-se o final deste período de programação financeira (2007-2013), qual a sua opinião sobre o impacto da aplicação dos Fundos Comunitários no Desenvolvimento Rural em Portugal?

Pergunta 2:

No momento em que se discute o futuro da Política Agrícola Comum e o próximo quadro de programação financeira, que expectativas tem sobre o apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural em Portugal?



Francisco Avillez

Francisco Avillez, Professor Emérito do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, coordenador científico da AGRO.GES e coordenador do grupo de peritos que apoia o MAMAOT no debate e tomada de decisão sobre o futuro da PAC.

1.

O conjunto de medidas de política de desenvolvimento rural em vigor em Portugal desde o início da plena aplicação da Reforma da PAC de 1992 teve sempre como principais objetivos a competitividade económica, a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio territorial.

Assim sendo, uma reflexão sobre o impacto da aplicação em Portugal dos respetivos Fundos Comunitários de Desenvolvimento Rural terá que levar em consideração uma avaliação do seu contributo para a concretização dos três diferentes tipos de objetivos em causa.

Deixando para quem, melhor que eu, está em condições para avaliar os respetivos impactos ambientais e territoriais, vou, nesta minha resposta, limitar-me a fazer algumas reflexões sobre o impacto económico.

Importa, neste âmbito, sublinhar que qualquer que seja a ótica de análise adotada, o valor acrescentado líquido da agricultura portuguesa teve uma evolução desfavorável desde o início da aplicação do QCA II até aos nossos dias.

Numa ótica setorial, verifica-se que o valor acrescentado líquido a custo de factores (VALcf) decresceu entre os triénios "1995" e "2009" a uma taxa de -1%/ano, enquanto que o valor acrescentado líquido a preços no produtor (VALPprod) teve uma evolução ainda mais negativa (-2,7%/ano). Numa ótica empresarial, verifica-se que estes dois tipos de VAL por unidade de trabalho agrícola ano e deflacionados pelo índice de preços implícitos no PIB, decresceram, respetivamente, a taxas médias de -2,3 e -4,0%/ano. Quer isto dizer que o significativo esforço de investimento realizado em Portugal no setor agrícola desde o início do QCA II não teve um impacto favorável do ponto de vista do respetivo crescimento económico.

Uma análise mais aprofundada dos diferentes fatores determinantes desta evolução permitem-nos concluir que, entre "1995" e "2009":

- a relação entre os preços no produtor dos produtos e fatores de produção agrícola decresceu a um ritmo médio de -1,8%/ano, o que só muito parcialmente foi compensado pela evolução favorável do valor a preços nominais dos pagamentos diretos aos produtores (2,1%/ano);
- a eficiência no uso do conjunto dos fatores de produção decresceu a uma taxa média de -1,6%/ano, em consequência de uma queda média anual de -1% na produtividade global dos fatores, que só parcialmente foi compensada pelo elevado crescimento médio apresentado pela produtividade em volume da superfície agrícola cultivada (2,7%/ano);
- a superfície agrícola utilizada e cultivada decresceu a uma taxa anual de -2%.

Enquanto que as evoluções sofridas pelo sistema de preços e de pagamentos diretos aos produtores foram consequência, em grande medida, das políticas em vigor no contexto do 1º Pilar da PAC, os restantes impactos negativos estão diretamente relacionados com as políticas de desenvolvimento rural em geral e os apoios ao investimento em particular.

É habitual argumentar-se que aplicámos mal os fundos comunitários disponíveis, considerando-se que eles foram insuficientes e muitas vezes mal utilizados. Na minha opinião, o resultado desfavorável, do ponto de vista económico, da utilização de tais fundos não teve tanto a ver com aspetos quantitativos mas sim qualitativos, ou seja, com a ótica com que foi encarada a sua afetação, a qual foi muito mais orientada para garantir, direta ou indiretamente, apoios ao rendimento dos produtores do que assegurar a obtenção de ganhos de eficiência no uso dos fatores e, consequentemente, de competitividade económica.

2.

Para ser possível inverter a evolução económica desfavorável apresentada pela agricultura portuguesa desde meados dos anos 90 do século XX vai ser indispensável preparar um PDR 2014-2020 com as seguintes principais orientações:

- a adoção de uma ótica de abordagem agro-florestal e não, como até agora, predominantemente agroalimentar;
- a opção por medidas/ações que contribuam para uma valorização sustentada no produtor dos produtos agrícolas e florestais;
- a escolha de medidas/ações que promovam uma mais eficiente utilização dos fatores de produção, garantindo simultaneamente a respetiva sustentabilidade ambiental e territorial.

As alterações que venham a ser introduzidas pós-2013 no 1º Pilar da PAC vão ter uma importância significativa na valorização futura dos produtos agrícolas, devendo, no entanto, as medidas adotadas no âmbito do 2º Pilar, relativamente ao reforço das organizações de produtores, à gestão de riscos e à promoção dos respetivos mercados, constitui um complemento decisivo na valorização em causa.

De qualquer modo, as minhas previsões quanto à evolução futura do sistema de preços e de pagamentos diretos aos produtores, por mais otimistas que sejam, levam-me a concluir que ela não vai ser suficiente por si só para alterar de forma significativa as tendências passadas de evolução negativa do valor acrescentado do setor agro-florestal nacional. Assim sendo, é minha opinião que só com base numa evolução muito favorável da eficiência com que os fatores de produção agrícola e florestal venham a ser utilizados no futuro é que será possível contribuir de forma decisiva para o aumento da competitividade económica nacional. Neste contexto, as medidas/ações de política agrícola em geral e as de desenvolvimento rural em particular, vão ter que ser orientadas prioritariamente para a promoção de sistemas de ocupação dos solos agrícolas e florestais e de práticas agronómicas mais adequadas, o que vai implicar:

- uma reformulação, em relação ao passado recente, do sistema de incentivos ao investimento agrícola e florestal e das medidas agro-ambientais e eco-silvícolas;
- um reforço do sistema de investigação, desenvolvimento experimental e de transferência de conhecimentos agrícola e florestal, reorientando-o para a problemática da eficiência no uso dos fatores.

De facto, só assim nos parece ser possível que o complexo agro-florestal nacional venha a contribuir favoravelmente para o crescimento do valor acrescentado nacional de uma forma ambientalmente sustentável e territorialmente equilibrada.



Capoulas Santos

Luís Capoulas Santos, Sociólogo, Deputado do Parlamento Europeu (PE) e membro titular da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do PE.

1.

Não posso, obviamente, pronunciar-me de uma forma objetiva e quantificada sobre os impactos das medidas que integram o Programa de Desenvolvimento Rural português 2007/2013 porque, por um lado, está ainda em fase de aplicação e, por outro, não disponho de indicadores de execução, financeiros e outros, suficientes para exprimir uma opinião categórica.

Contudo, pese embora as vicissitudes políticas que têm condicionado a sua execução, qualquer que seja o ângulo de avaliação, o mesmo não pode deixar de ser considerado globalmente muito positivo. Seja pela natureza e diversidade das medidas que o integram, quer se trate daquelas de grande envergadura, de que o Alqueva é o caso mais emblemático, quer doutras, ditas de menor impacto. Não tenho dúvidas, pelo conhecimento que tenho da aplicação de algumas delas no terreno, de que, mesmo tendo em conta os casos de aparente menor sucesso nalguns setores, como é o caso das florestas, os resultados são extremamente positivos para a agricultura e o mundo rural. As razões das baixas taxas de execução nalguns subprogramas devem, contudo, ser exaustivamente analisadas de forma a permitir uma adequada reconfiguração do novo programa para o período 2014/2020.

2.

O processo de Reforma da PAC para o período 2014/2020 está em curso e, no atual contexto, não é fácil antecipar qual será o desfecho da negociação e as respetivas consequências para Portugal.

A Comissão Europeia apresentou as suas propostas legislativas em Outubro de 2011 e eu próprio, enquanto Relator do PE para os dois mais importantes Regulamentos, os "Pagamentos Diretos" e o "Desenvolvimento Rural", apresentei no princípio de Junho os meus Relatórios. Em Setembro deste ano foram conhecidas as emendas dos demais Deputados Europeus às

propostas da Comissão e está agora em curso um intenso período de negociação no Parlamento, ao mesmo tempo que idêntico processo negocial decorre no Conselho entre os Ministros da Agricultura.

Recorda-se que, nos termos do Tratado de Lisboa, a agricultura passou a estar incluída nas matérias objeto de codecisão, pelo que qualquer decisão final terá de ser objeto de um acordo que obtenha maioria nas duas instituições. As minhas próprias propostas de alteração e as que os demais deputados apresentaram totalizam cerca de 4500 emendas ao articulado da Comissão, cabendo-me agora, na qualidade de Relator, procurar encontrar o ponto de equilíbrio entre elas visando a obtenção de uma posição maioritária do PE que constitua o mandato de negociação com o Conselho.

Das inúmeras questões a regulamentar na nova PAC, as mais controversas, com impacto para Portugal, serão, sem dúvida, a distribuição dos envelopes financeiros entre Estados-membros, a fixação dos montantes a pagar aos agricultores no interior de cada Estado-membro, os novos critérios a utilizar para lhes conferir direito ao recebimento desses montantes e as elegibilidades para o financiamento de novos regadios.

A nova arquitetura proposta para a PAC assenta num reforço do papel do mercado e numa redução do apoio público, em linha com os compromissos que vêm sendo assumidos nos últimos anos pela UE no seio da OMC.

As novas ajudas diretas deverão assim, em princípio, ser desligadas da produção e atribuídas por hectare, baseadas essencialmente em critérios de natureza ambiental, como compensação pelo papel dos agricultores, enquanto "produtores de bens públicos" que o mercado não remunera e de que toda a sociedade beneficia. Contudo, na proposta de distribuição dos recursos financeiros, a Comissão apresenta valores médios por hectare para cada Estado-membro que pouco alteram os montantes atuais, que foram calculados tendo por base critérios absolutamente opostos. Continuarão assim, caso a proposta da Comissão prevaleça, a existir pagamentos de cerca de 450€/ha para os agricultores de uns países e de menos de 100€/ha para outros. Atualmente, a média comunitária ronda os 250€/ha e Portugal recebe cerca de 180€/ha.

No meu Relatório, proponho uma repartição um pouco mais equitativa mas tenho-me deparado com enormes resistências, em particular dos que, por receberem uma fatia maior, sofrerão maiores reduções para compensar aqueles que se encontram abaixo da média comunitária em termos de pagamentos por hectare.

No entanto, a ambição que falta à Comissão Europeia no que diz respeito à justiça distributiva entre países, sobra-lhe no que diz respeito à distribuição por agricultor dentro de cada Estado-membro, dado que preconiza que, até 2019, o valor por hectare deverá ser igual para todos os agricultores. A adoção de tal mecanismo, aparentemente justo à primeira vista, em países de agricultura diversificada como é o caso do nosso país liquidaria setores tão importantes como o tomate, o leite ou o arroz, onde os pagamentos por hectare cairiam de mais de cerca de 1300€,

770€ e 700€ respetivamente, para cerca de 200€/ha, neste curto lapso de tempo.

Tive por isso o cuidado de introduzir nas minhas propostas um mecanismo de correção que permitirá aos Estados-membros que o queiram utilizar, controlar essa redução até um máximo de 30% do valor atual. Não estou totalmente tranquilo quanto à sua aceitação por um Parlamento, uma Comissão e um Conselho onde prevalecem maioritariamente conceções liberais.

A questão que irá, contudo, ocupar mais horas de negociação será seguramente o "greening", ou seja os critérios "verdes" que os agricultores terão de cumprir para ter acesso aos pagamentos diretos por hectare. A Comissão propõe, entre as exigências mais polémicas, a obrigatoriedade de todas explorações que não sejam constituídas por pastagens permanentes, deixarem por cultivar 7% da sua superfície, destinando-a à criação de santuários para a biodiversidade, ou de diversificarem a produção através de, pelo menos, 3 culturas.

Proponho, em alternativa, que culturas permanentes como os pomares, vinhas ou olivais sejam equiparados às pastagens e que os 7% de "superfície de interesse ecológico" possam ser cultivados com plantas fixadoras de azoto, dados os benefícios ambientais e os efeitos económicos positivos indiretos uma vez que se trata produções em que a Europa é deficitária. Para além disso, são introduzidos mecanismos de articulação entre os dois pilares visando reforçar a componente "verde" da PAC e introduzir maior coerência entre os dois pilares.

No 2º Pilar, o "Desenvolvimento Rural", a principal questão, para além da omissão referente às regras de repartição do orçamento entre Estados-membros, é a surpreendente e mal explicada proposta da Comissão segundo a qual, apenas terão acesso a co-financiamento comunitário para novos regadios os Estados-membros do alargamento pós-2004. A prevalecer tal proposta que, obviamente, pretendo anular, implicaria que o Alqueva e outros projetos de regadio em Portugal jamais seriam concluídos pois ficariam totalmente dependentes de financiamento nacional.

O Parlamento Europeu adotará assim a sua posição muito provavelmente até ao final deste ano ou principio do próximo após o que se iniciarão as negociações com o Conselho e a Comissão, o chamado "trílogo", visando um acordo global até ao fim do primeiro semestre de 2013.

Apesar da conjuntura económica e financeira desfavorável, do quadro negocial complexo e de menos dinheiro no orçamento da PAC, a proposta da Comissão é cerca de 10% inferior ao atual, e tudo indica que reduções maiores irão ainda ser impostas, tenho esperança e penso que não é irrealista admitir que Portugal possa sair deste processo com um envelope financeiro parecido com o atual.

Assim seja bem sucedida a dura negociação que me espera no PE e que espera a representante portuguesa no Conselho.



Torres Paulo

Torres Paulo, Engenheiro Agrônomo, Presidente da Associação Nacional de Produtores da Pera Rocha.

1.

Os fundos comunitários são sempre insuficientes, face às múltiplas necessidades que o Desenvolvimento Rural requer. Existiram algumas falhas de conceção e de funcionamento que não deveriam repetir-se em futuros quadros. Enumerando duas das principais lacunas:

i) O mercado não foi considerado como o dinamizador do mundo rural e da agricultura, a promoção e o marketing foram subalternizados

Para dinamizar a agricultura e o mundo rural que a envolve, é necessário considerar o mercado como sendo o destino dos seus produtos. Compreender a importância do mercado e o valor comercial do bem ou serviço que se subsidia tem de estar presente na conceção das medidas de um quadro de apoio ao desenvolvimento e ao investimento. O subsídio de determinada medida de um programa de apoio irá contribuir para incentivar a produzir um bem que será adquirido por alguém. Sempre que pensarmos em algo, temos de tentar entender o que pretendem os seus destinatários finais, quer esse bem seja um fim de semana num hotel rural nas planícies alentejanas, quer a compra de uma pera Rocha por um consumidor em Singapura.

Sendo a dotação orçamental muito limitada, não poderão ser previstos apoios para investimentos produtos que não tenham consumidores ou utilizadores. Mas produzir não é suficiente. Para criar atração do consumidor pelo bem que se quer subsidiar são necessárias ações de charme, que encantem e que impelem ao ato de aquisição. Para tal serve a promoção e o marketing desses produtos e regiões. Qualquer projeto terá dificuldade em crescer sem ações bem conseguidas de promoção para despertar os potenciais consumidores para o bem que queremos dinamizar.

Erradamente a promoção nunca se entendeu aos produtos, às fileiras, e às identidades regionais, de modo a serem autossustentadas pelo mercado e a ter uma procura que exceda a oferta e que remunere o capital investido pelo empresário e o subsídio pago por todos os contribuintes.

ii) A organização e fortalecimento das Fileiras não foi a prioridade atingida

O PRODER não conseguiu implementar novas formas de fazer agricultura. Atendendo à pequena dimensão das explorações agrícolas nacionais a viabilidade da Agricultura passa necessariamente pela criação de parcerias para o mercado – esta é uma evidência que se consolida nos empresários mais dinâmicos e despertos para a inovação e o crescimento sustentado, face às exigências de uma economia cada vez mais global.

O Conceito de Fileira: Os níveis de organização das diversas fileiras são muito diferenciados. Fileiras como o arroz e a pera Rocha, têm consciência da sua própria existência e da importância que têm para o meio que as rodeia e do produto que as une. Os agentes dessas fileiras reconhecem a capacidade do seu produto de criar riqueza para a região envolvente, pelo que um programa de desenvolvimento agrícola e rural deve lançar o repto de apoiar a sua estruturação e organização.

A base para o crescimento de uma economia passa necessariamente pela existência de Fileiras organizadas e com capacidade de vencer no mercado e de competir com as realidades de outras regiões e países que com ela concorrem. Deste modo é essencial que um programa de desenvolvimento promova a existência de Fileiras estruturadas e representativas, desenhando o quadro global do seu funcionamento, e favorecendo a sua atividade. Tal será a melhor forma para abordar os mercados, a concorrência e a negociação com as empresas da moderna distribuição nacional e estrangeira. As medidas a criar devem permitir que os agentes de uma Fileira pensem de forma conjunta as metas que conduzirão ao seu posicionamento no mercado. Para tal, as empresas devem sentir que existe a possibilidade de concretizar um plano que as conduza para um novo patamar de organização e de crescimento. Nenhum empresário português perderá o seu tempo a tentar organizar o seu setor conjuntamente com os seus concorrentes, se não pré-existir um programa quadro bem estruturado e delineado que conduza a um futuro diferente.

Certamente que uma fileira da Produção bem estruturada tenderá a ser exemplo para a posterior organização de outras fileiras. Terá de ser justamente esse o objetivo de um programa de desenvolvimento nacional – o fomento de exemplos multiplicadores do esforço investido.

2.

Enquanto empresário agrícola, considero cada novo Quadro de apoio como uma oportunidade para a agricultura e o meio rural, e continuo a fazer votos para que existam decisores com capacidade de ouvir, decidir, pôr em prática medidas estruturantes. As duas linhas básicas dum programa deveriam ser por um lado a facilidade de acesso, de análise e de decisão das

candidaturas, e por outro o estabelecer critérios que permitam fazer opções e escolhas, de modo a que as Fileiras, que o pretendam, consigam um salto significativo na sua capacidade de gerar riqueza para os seus agentes, de ter procura pelos consumidores e de promover o seu próprio crescimento. O novo Quadro não deveria romper com o passado, de modo a evitar as demoras e as imperfeições da implementação de novos sistemas. O que importa é fazer o mais difícil – criar medidas estruturantes da organização e da capacidade produtiva das empresas em torno e centralizadas do bem ou serviço de uma determinada fileira.

E a Pera Rocha?

A Pera Rocha foi sendo considerada em todos os discursos como um caso de sucesso da agricultura portuguesa, por ser um produto português que conseguiu penetrar em muitos e diversos mercados em que no ato de compra os consumidores nesses destinos sabem que é um produto português. Identificação essa que se perde na maioria dos casos das produções do setor primário.

Foi também um chavão do discurso oficial a referência à estrutura de funcionamento da fileira da Pera Rocha por ser diferenciada da maioria dos restantes produtos agrícolas, resultante da sua dimensão (económica, exportadora, social) que é relevante a nível nacional, e que tem particular incidência na região Oeste. É uma fileira sustentada em que os players se conhecem, cooperam pontualmente mas que essencialmente competem entre si na procura de mercados e na satisfação de clientes. É assim, um setor que tem como base empresas sustentadas em produtores, a maioria delas com o estatuto de Organização de Produtores, que encaram a Pera Rocha como um património seu, e como uma base de sustento das suas famílias. No entanto, não foi acarinhada a criação para a Pera Rocha (nem para qualquer outro produto) de um modelo de organização sectorial, com o apoio à sua estruturação e concretizando redes vivas de modo a fomentar negócio e crescimento. A “vida” de uma rede traduz-se pela concretização das suas metas e pelo delinear de novas metas e sua posterior concretização. Mas não foi adicionada “mais vida” à estruturação previamente existente. A consulta e a posterior adesão dos interessados a um projeto global inovador teria sido essencial.

Para além de pretender criar novas linhas de desenvolvimento, o futuro quadro deverá acarinhar as fileiras com potencial de crescimento sustentado. Essas linhas de apoio deverão motivar as empresas a aderir a um projeto inovador e estruturante. Fazer opções e desenhar prioridades nunca foi tarefa fácil, mas é a única que pode premiar no final de um Quadro comunitário aqueles que tiveram a coragem e a capacidade de desenhar medidas (e sua dotação orçamental) para atingir esses fins.



Cunhal Sendim


Alfredo Cunhal Sendim, Engenheiro Agrónomo, Agricultor e membro do grupo de peritos que apoia o MAMAOT no debate e tomada de decisão sobre o futuro da PAC.

1.

Se entendermos o desenvolvimento numa perspetiva mais humana, com uma preocupação pela biodiversidade, o que fazemos em relação à água, que contributo para lutar contra as alterações climáticas, ou em relação às estruturas que nos permitem a todos que esses desempenhos sejam bons, como as estruturas de transformação, distribuição: olhando para tudo isso eu não considero que tivemos no último quadro de apoio um bom desempenho. Basta olhar para os números: Que tipo de pessoas e que tipo de sociedade existem nesse território? Se olharmos para o solo percebemos que temos um solo completamente erosionado. Um terço do território está abandonado, já nem sequer tem eucaliptos e os outros dois terços estão completamente dependentes de uma fertilidade artificial.

O solo é absolutamente fundamental no funcionamento do planeta. O desnorte que temos hoje em relação ao ativo solo é total. Eu compro uma herdade, destruo o solo todo e no dia a seguir vendo a herdade pelo mesmo valor. A nossa produção e a nossa alimentação estão ligadas a esta forma de funcionar. Não temos uma determinação, há muitos anos, em termos de política alimentar. Ninguém mexe na alimentação porque ninguém quer abrir guerras com toda a gente. Veja-se a obesidade, o custo social e monetário da alimentação é tremendo.

Não temos uma política ligada ao solo, ninguém fala no solo... não temos uma política agrícola, vamos fazendo as coisas avulso completamente desarticuladas que normalmente são propulsionadas pelo setor dominante, vejam-se os eucaliptos, o milho intensivo ou o regadio no Alqueva, completamente desnorteados. Vamos tendo as tais pressões setoriais



dominantes num universo político que não tem Norte. Não há estratégia, onde é que está a política nacional de desenvolvimento rural, de solos? Qual é o político que tem consciência do capital solo?

Pese embora estarmos numa Europa que tem alguma estratégia com alguma determinação e que cria alguns meios, as poucas coisas que foram feitas têm sido uma emanação dessas orientações da UE, há falta de estratégia nacional, há falta de bom senso nacional, que tem que ver com os ciclos políticos, com os pequenos interesses, e nem sequer essa emanação de alguma coisa boa que vem da Europa nós temos conseguido fazer valer.

Há sempre um imediatismo. A lógica atual é uma lógica de construção por setores competitivos. Isso é uma construção errada, o que tem que ser privilegiado é o solo e as pessoas em cima do solo.

Esta lógica não traz solos, não traz pessoas nos campos, não traz comida saudável, não traz satisfação às pessoas.

É preciso mudar.

2.

Podemos aproveitar esta oportunidade para caminhar no sentido da solução. Temos na PAC uma verdadeira oportunidade para fazer a georreferenciação da economia, o que significa que nós podemos introduzir nas regras que utilizamos para nos governarmos, as tais questões fundamentais do funcionamento da natureza.

Quando um agricultor faz pimentos ele tem um impacto, quer queira quer não, na biodiversidade, na água, na qualidade do alimento, portanto ele não tem um impacto só naquilo que o cidadão vai comer. Ele tem um impacto num conjunto enorme de coisas que são fundamentais para a sociedade. Se eu não for penalizado ou compensado por um trabalho mau ou bom nesses aspetos todos eu não estou a georreferenciar a economia. A nova PAC cria um conjunto de regras que têm um impacto económico e é realmente uma oportunidade.

Na última conferência do Rio+20 os resultados foram escassos, mas aconteceu algo de bom: a grande maioria dos países chegaram à conclusão que nós temos que mudar.

O grande desafio da nova PAC será nós podermos orientar a PAC não apenas numa lógica de competitividade para o mercado mundial, eu vou dar dinheiro a quem faz pasta de papel porque é o que está a dar neste momento, isso é um aspeto importante com certeza, mas não é o único aspeto.

O que é que a pasta de papel faz para o solo, ou para a biodiversidade? Quem é que paga isso? De alguma maneira eu vou ter que incorporar estas questões na equação. E como é que eu incorporo? através dos benefícios ou não que eu dou.

Hoje, todos os que estão nos modelos agro-ecológicos prestam um conjunto de serviços à sociedade que ninguém paga.

Tem que se ter uma métrica para poder valorizar quem faz bem e quem faz mal. Mas não sabemos medir, nem sabemos gerir. Quem é que sabe que se eu tiver 10 vacas em vez de 20 numa determinada região no Alentejo se isso tem impacto ou não para a biodiversidade de uma forma significativa? Ninguém.

Eu hoje tenho 18 pessoas a trabalhar em vez da realidade dominante ali à volta que são poucas pessoas para grandes áreas. Qual é o benefício que eu tenho por dar trabalho a 18 pessoas?

A maioria dos outros produtores tem uma atividade sem risco mas completamente passiva. Empregam poucas pessoas. É o que o sistema leva a fazer. Eu não condeno nenhum agricultor por ter eucaliptos ou milho intensivo.

Temos que refletir sobre o que se produz: os transgénicos, por exemplo. Com o DTT começámos a produzi-lo e usá-lo sem os princípios da precaução. Mas depois percebemos o que estávamos a fazer e parámos. Passados uns anos aquilo limpa, a natureza tem uma coisa muito boa, limpa. Os transgénicos, não. Nunca mais agarramos um gene que lançamos na natureza. É como modificar qualquer coisa no organismo.

Portanto, com este novo ciclo da PAC, temos uma oportunidade extraordinária, por causa da consciência de que esta política tem que parar, senão os cidadãos não a vão pagar.

A oportunidade é usarmos estes instrumentos de política para georreferenciarmos a economia, o que quer dizer no dia a dia conseguirmos encontrar métricas para avaliarmos os impactos e tomarmos decisões.

Devemos intervir igualmente nos sistemas fiscais. Porque é que eu não tenho um benefício por dar trabalho a mais pessoas num cenário como o do nosso país em que temos um milhão e tal de pessoas no desemprego? Nós temos neste quadro uma oportunidade enorme para fazermos isso, para isso temos que ter cabeça. E capacidade e vontade política de fazer as coisas que são verdadeiramente importantes e não o que vai trazer votos.

O Tofu da Ilha do Faial

Na Ilha do Faial, com o projeto Faial Soja, foi criada uma unidade de transformação de soja, que permite a produção de 25 quilos de tofu diariamente bem como de outros derivados da soja

INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

Trazer para a Ilha que o viu nascer “um investimento útil para as pessoas que estão isoladas” foi um dos objetivos de Herberto Soares, um homem que não hesita em sonhar com novos projetos com a generosidade dos que gostam de partilhar aquilo em que acreditam e com a audácia dos que inovam.

Surge assim o Projeto Faial Soja, cujo objetivo foi a criação de uma pequena unidade de transformação de produtos de soja.

Com este projeto, a empresa produz derivados de soja, tais como, tofu, bebidas, cremes de barrar, doces, gelados e farinhas. O investimento contemplou as obras da unidade fabril, equipamentos produtivos, e de selagem.

A soja biológica é transformada nesta fábrica que tem uma capacidade de produção diária de 25 quilos.

O tofu e as compotas de soja são comercializados localmente, mas o promotor reconhece que esse é o elo mais de fraco deste projeto.

A próxima fase será pois uma fase de identificação de novos pontos de venda, de divulgação e promoção destes produtos.

E de lançamento de novos projetos. Porque Herberto Soares já pensa num novo projeto.

Apoiar o fomento da agricultura na Ilha do Faial, para que à atividade de pecuária se associe a da agricultura e assim aumentar a autonomia e segurança alimentar. Para que não se importem mais os bens que outrora eram produzidos localmente e para que se aumente o consumo de proximidade.

E se necessário fosse provar que a integração da Igualdade de Oportunidades é uma realidade no âmbito dos programas de desenvolvimento rural, este seria um dos melhores exemplos a dar. Com 90 anos, o promotor deste projeto, engenheiro técnico agrário, que viajou e trabalhou em África e na América Latina, renovando experiências e competências, ao longo de quase um século de história, foi selecionado e deu as suas provas.



PROJETO	Faial Soja
PROMOTOR	Herberto Soares Produtos de Soja, Sociedade Unipessoal, Lda.
LOCAL	Horta, R.A. Açores
PROGRAMA	PRORURAL
MEDIDA	3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural
INVESTIMENTO TOTAL ...	€140.000
WEB SITE	(em construção)

Rotas Sem Barreiras, um exemplo de turismo dinâmico e inclusivo

A Rotas Sem Barreiras é uma rota turística transnacional acessível, especialmente para pessoas com dificuldades motoras, que permite a descoberta de quatro territórios contíguos, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Comarcas de Olivença e Tentúdia, através de visitas a património histórico, religioso, natural, museus, a participação em atividades de natureza, a oferta de alojamentos rurais e o contacto com a gastronomia local.

Este projeto envolveu um grande número de atores de natureza diferente, entidades ligadas à área da deficiência, agentes com responsabilidade no desenvolvimento turístico das regiões (regiões de turismo, autarquias, associações de municípios, empresários, associações de desenvolvimento local). Foi promovido por quatro Grupos de Ação Local, TERRAS DENTRO e ESDIME em Portugal e CEDECO-TENTUDÍA e ADERCO em Espanha.

É um projeto que responde a necessidades sociais não satisfeitas, e que contribui simultaneamente para a diversificação e enriquecimento da oferta turística local. O projeto tomou forma a partir de um diagnóstico local que permitiu identificar o estado das acessibilidades dos equipamentos turísticos para pessoas com deficiência e desenhar propostas concretas que incorporassem esta dimensão nos estabelecimentos turísticos, como condição para serem incluídos no Guia de Turismo Acessível Rotas Sem Barreiras.

Na primeira fase do projeto a sensibilização dos diferentes agentes teve um peso importante. Para além das intervenções facilitadoras das acessibilidades levadas a cabo pelos promotores, o projeto editou o Guia de Turismo Acessível "Rotas Sem Barreiras", realizou ações de formação, criou e registou a marca Rotas sem Barreiras, centrando a sua atividade nas acessibilidades para pessoas com deficiência motora e contribuindo decididamente para o desenvolvimento do setor turístico (inclusivo) através de uma abordagem de nichos de mercado específicos.

Manuela Fialho, a coordenadora do projeto, explica que "os promotores que se comprometeram com o projeto foram os que acreditavam mesmo nele e tinham vontade de o fazer, dado que na primeira fase as adaptações não podiam ser financiadas." Mas, considerando os necessários tempos de maturação de um projeto desta natureza, acrescenta: "Foi também muito gratificante para o projeto, as pessoas que vieram ter connosco anos mais tarde dizendo que estavam preparadas para o fazer."

Na atual fase do projeto (2ª fase), o Rota Sem Barreiras+, consolidou a sua estratégia através da articulação com as medidas do eixo 3 do PRODER, alargou o seu âmbito para pessoas com todo o tipo de deficiência, e priorizou ações de comunicação e divulgação. Entre as novas ações, destacam-se a atualização do Guia de Turismo Acessível "Rotas Sem Barreiras" e a sua produção e edição num novo suporte digital, a pesquisa de novos locais acessíveis para inclusão no Guia, jornadas técnicas sobre turismo acessível, ações de sensibilização dirigidas a vários grupos-alvo e a

Um projeto de turismo inovador, socialmente inclusivo e economicamente sustentável, desenvolvido por uma parceria que envolve quatro Associações de Desenvolvimento Local: Rota Sem Barreiras+ vai mais longe, consolidando aspetos técnicos e metodológicos da primeira intervenção

elaboração de um projeto técnico para adaptação de um ou mais espaços museológicos para pessoas portadoras de diferentes tipos de deficiência (deficiência visual, auditiva e motora). O objetivo desta última ação é dotar o território de um espaço museológico inclusivo que seja considerado uma referência e um modelo a seguir no território nacional.

Pelas suas características e dimensão única em Portugal, poder-se-á imaginar uma terceira fase do projeto, com um objetivo de transferência à escala nacional, através da incorporação e adaptação das metodologias destinadas a este segmento de turismo com grande potencial, contribuindo decididamente para um dos grandes objetivos do projeto: a eliminação das barreiras que dificultam o desfrute das atividades de lazer e turismo em condições igualitárias ou seja para um modelo de turismo universal.

PROJETO	Rotas sem Barreiras +
PROMOTOR	Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Intergrado de MicroRegiões Rurais
LOCAL	Alentejo
PROGRAMA	PRODER
MEDIDA	3.4 - Cooperação LEADER para o Desenvolvimento
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 222.220,00
	FEADER: 72%
	Financiamento Público: 18%
	Financiamento Privado: 10%
WEB SITE	www.terrasdentro.pt



Maracujá, produzir com qualidade e transformar

O percurso de sucesso de um jovem na Ilha da Madeira que decidiu apostar na agricultura investindo na produção e transformação do Maracujá

Nada fazia prever que Luís Sardinha viesse a ser agricultor. Como sublinha o empresário de 37 anos e um dos principais produtores de maracujá na Madeira, “nunca ninguém na minha geração sonhou ser agricultor” e no entanto foi o que aconteceu, num percurso marcado por algumas dificuldades, mas sobretudo por muitos sucessos.

No início, esteve uma formação ministrada pela Associação de Jovens Agricultores da Madeira, um curso técnico profissional para empresários agrícolas, que o dotou das competências chave para exercer a profissão.

O acesso à terra constitui uma etapa fundamental para o lançamento da atividade agrícola. Na Madeira, a pressão sobre o fundiário é grande, dado que o turismo é um concorrente de peso. São propriedades de minifúndio, condicionadas pelas características orográficas da Ilha que levaram ao longo de gerações de atividade agrícola à utilização dos famosos socalcos ou poios, uma dificuldade acrescida que aumenta igualmente os custos de produção. Assim, Luís Sardinha, tem vindo progressivamente a adquirir as terras necessárias para o exercício da atividade.

Inicialmente produziu cana sacarina, inteiramente escoada localmente, e destinada à indústria regional de produção de mel de cana e aguardente da Madeira. O projeto atual, financiado âmbito do PRODERAM, consistiu na transformação desta unidade de produção numa exploração que se dedica agora à produção de maracujá, que pode ser comercializado em fresco, ou preparado para a comercialização como polpa congelada. Com esta operação contribuiu-se

para dotar a exploração agrícola de uma pequena unidade de produção, congelação e conservação de polpas congeladas.

Atualmente, Luís Sardinha produz cerca de 15 toneladas de maracujá e transforma uma boa parte da sua produção, bem como a de cerca de vinte produtores Madeirenses. A transformação do maracujá em polpa, teve início em 2011 e teve um bom acolhimento da parte dos clientes.

Escoa a totalidade da sua produção, grande parte localmente para a famosa Ponche Madeirense. Comercializa em fresco para duas cadeias de grande distribuição no Continente e exporta também para o mercado Inglês, através de uma parceria estabelecida com agentes Ingleses que garantem a distribuição e colocação dos produtos nos supermercados.

Consciente de se situar num mercado global e de se encontrar em desvantagem com a fruta mais barata oriunda de outros pontos do globo, com custos de produção muito mais baixos, considera ainda assim, que esta seria uma aposta possível de ganhar se colocasse o acento na qualidade do produto. Um desafio tanto mais difícil que “nós aqui na Madeira somos ainda mais periféricos que outros países, com os custos associados a essa situação: de transporte, de comunicações, de algum isolamento”. - como faz questão de sublinhar.

O financiamento do PRODERAM foi essencial para o projeto, já que, como diz, “é quase impossível ter um empréstimo bancário para este tipo de projetos. Sem fundos comunitários seria muito difícil.”

Outro fator importante, foi a excelente articulação entre o Governo regional e o IFAP que facilitou todo o processo.

À questão, se é um exemplo a seguir? responde sem hesitar: “- Sem dúvida, na Madeira, muitos jovens decidiram lançar mãos à obra e investir seriamente na agricultura”.



PROJETO	Construção de Unidade de Transformação de Maracujá
PROMOTOR	Luís Sardinha
LOCAL	Calheta, R.A. Madeira
PROGRAMA	PRODERAM
MEDIDA	1.7. Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 85.023,4

A Quinta do Barranco: um projeto de Helicicultura no coração do Algarve

Uma nova etapa da vida profissional do promotor da Quinta do Barranco, começou depois do encerramento do negócio familiar, com a criação de um negócio na área da produção do caracol



INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

Após um estudo rigoroso sobre a viabilidade de um projeto empresarial de helicicultura (criação de caracol) Sérgio Silva decidiu investir na compra de um terreno de 22 hectares, a Quinta do Barranco, para exercer esta atividade. Consciente que dificilmente esta seria sustentável sem a complementaridade com outras atividades, a produção de citrinos surgiu como uma boa opção. A compra de um pomar de citrinos situado numa região de excelência do sul de Portugal, com a classificação IGP "Citrinos do Algarve" veio responder a esta escolha, aliando assim, a produção agrícola à atividade de pecuária.

Atualmente, a criação de caracol está implantada numa área de 3 ha, projetando-se o seu aumento até 4 ha. Os citrinos ocupam 19 ha do terreno. Os animais são criados em parques de terreno a céu aberto (método do Ciclo Biológico Completo).

A espécie utilizada é a *Helix aspersa maxima* ou *Gros-Gris*, uma espécie nativa da região do Mediterrâneo e da Europa Ocidental, o que permite dispor de condições climáticas ideais para a sua criação, durante praticamente todo o ano. Esta espécie tem condições para uma reprodução em viveiro, ao contrário dos pequenos caracóis tradicionalmente consumidos.

Para além de diversificar a atividade com a produção de citrinos, a empresa dispõe de uma oferta de formação regular para quem queira iniciar-se no negócio de produção de caracol.

A vermicompostagem, outra atividade que desenvolve, serve essencialmente para limpar e fertilizar os terrenos.

O promotor iniciou também um projeto de produção de algumas hortícolas, utilizando exclusivamente variedades locais, e investindo num segmento de qualidade, com o objetivo de diversificar a produção, e manter e reproduzir a diversidade das espécies locais. Por agora, produz favas e diferentes variedades de ervilhas, entre as quais a ervilha-doce, e à semelhança dos outros produtos, tem a garantia de escoamento total do produto para exportação.

A produção de caracol da Quinta do Barranco é inteiramente comercializada no mercado nacional. A produção de citrinos é totalmente escoada e o mesmo se passa com a produção de caracol.

Consciente das propriedades do caracol, e dos seus subprodutos, estabeleceu uma parceria com a Universidade do Algarve para aprofundar o conhecimento nesta área.

A helicicultura é uma atividade fortemente consumidora de mão-de-obra dado "que tudo é feito à mão, cada caracol é apanhado à sua vez". Na Quinta trabalham sete pessoas e nos picos sazonais, são contratados mais trabalhadores.

Sérgio Silva prefere uma evolução lenta e sólida do negócio, que responda a critérios quantitativos e qualitativos. Assim, o aumento da produção é gradual e bem ponderado, e só é feito com a garantia de escoamento total do produto. Considera que algum espírito associativo e cooperativo neste setor, poderia alavancar o investimento em equipamentos, facilitar a partilha de transportes e até opções estratégicas de colocação do produto no mercado europeu, que pedem um volume maior de produção.

O financiamento do PRODER foi essencial para este projeto. Contribuiu para cada uma das vertentes do mesmo, e nas suas próprias palavras, "para avançar muito mais rápido, ganhando quatro ou cinco anos". Concretamente contribuiu para atividades como a limpeza e replantação parcial do pomar, a substituição do sistema de rega e aquisição de equipamento energeticamente mais eficiente, a instalação de câmaras de frio, a aquisição de equipamentos e adaptação do terreno à helicicultura (alevins, parques de criação, câmaras de reprodução e mesas de secagem). À questão, se fosse hoje, voltava a fazer o mesmo?, responde-nos perentoriamente: "Sem dúvida".

PROJETO	Quinta do Barranco
PROMOTOR	Quinta do Barranco Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda
LOCAL	Silves, Algarve
PROGRAMA	PRODER
MEDIDA	1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 693.959,00
	FEADER: 18%
	Financiamento Público: 6 %
	Financiamento Privado: 76 %
WEB SITE	www.quintadobarranco.com

Quinta do Alcube, quando a produção local de elevada qualidade e a valorização patrimonial se conjugam

A trinta quilómetros de Lisboa, entre Serra e Mar, numa Quinta de duzentos hectares, explora-se a vinha em modo de produção integrado e aposta-se num conjunto de intervenções de enoturismo



INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

Renovar uma Quinta, em pleno coração do Parque Natural da Arrábida, foi o desafio que decidiu abraçar João Gomes Serra, engenheiro de 62 anos. A aventura começa em 1997, com a desmatção dos terrenos, o plantio das vinhas e o início da produção de um vinho que viria a ser um dos melhores da Península de Setúbal, o Quinta do Alcube, que ganhou uma medalha de Ouro no Concurso Mundial de Bruxelas.

Da floresta explora-se a cortiça e o eucalipto e das frutas produzidas em modo de produção biológico, faz-se compota. O queijo de Azeitão, realizado a partir do leite das próprias ovelhas, da raça saloia, constitui outra atividade importante da exploração. Tudo é comercializado localmente, num ponto de venda dentro da Quinta.

Em 2003, os dois filhos, então com 20 e 25 anos, associam-se ao projeto, imprimindo-lhe um cunho marcadamente familiar e um redobrado dinamismo. A seguir foi o que tinha de ser, numa lógica de complementaridade das atividades e de exploração do potencial desta Quinta e de valorização do património edificado e natural único: árvores centenárias enquadram o Solar, o principal imóvel da propriedade, duas capelas, a Capela do Alto das Necessidades, com o valioso Padrão do século XV, considerado Monumento Nacional e a capela de S. Macário, onde terá sido batizado o Bispo de Funches, estão integradas na Quinta.

A Quinta do Alcube é um concentrado de história, e dar-lhe visibilidade tornou-se também uma preocupação dos promotores do projeto. Em parceria com o departamento de arqueologia de Belas Artes, encontraram-se vestígios de povoamentos do neolítico, achados de povoações da época romana e na história recente da presença dos Távoras, que elegeram este espaço como sua residência secundária. E é nessa linha, a da reabilitação patrimonial, que foram desenvolvidos e virão a ser apresentados novos projetos, combinando turismo, cultura, arte e produção local.

Com o projeto de enoturismo foi recuperada a Capela de S. Macário. No interior da Capela, num painel lateral realizado pela Universidade de Belas Artes, são apresentados os quatro tempos de ocupação da propriedade: neolítico, época romana, século XIX, com os Távoras, e a época atual.

A Capela é utilizada para a apresentação e degustação de produtos locais. Foi também reabilitado um lagar de varas utilizado, até há alguns anos, como galinheiro.

Aqui se localiza o Museu Rural, um projeto inaugurado em Março deste ano. Para além do lagar recuperado, com a sua peça central que é o tronco de uma árvore que servia para prensar as uvas, pode ser observada uma coleção de objetos e utensílios utilizados na atividade agrícola: tesouras de poda de todas as variedades, bilhas, púcaros e outros artefactos.

Através da reabilitação de um velho edifício, foram criados três apartamentos para turismo rural, integrados no aglomerado, onde se localiza o solar e a adega, todos eles voltados para sul, com vista para a Serra da Arrábida e para o Vale.

A proximidade do mar e a possibilidade de percorrer em segurança estes caminhos bordados por uma vegetação muito rica constituída pela mata mediterrânica e por árvores centenárias são outro atrativo da Quinta. "Aqui não há relvas plantadas, nem jardins bonitos. A vegetação é a que se vê: oliveiras, choupos, sobreiros, eucaliptos", que alternam com retalhos de vinha em tons outonais de ferrugem e de ouro.

Por toda a propriedade poderão ser admiradas, brevemente, obras de arte. Este é o resultado de um protocolo assinado com a Faculdade de Belas Artes. Para o futuro, não há para já uma preocupação em aumentar a produção de vinho, mas antes manter altos níveis de qualidade, continuar a diversificar as atividades e investir num turismo diferente: a reprodução de uma Vila do Neolítico, com construções feitas a partir de madeira e barro. Por enquanto é só um sonho. Mas quando se sabe que o sonho comanda a vida...

PROJETO Quinta do Alcube
PROMOTOR Quinta do Alcube Serras, Enoturismo, Lda.
LOCALIZAÇÃO Palmela, Lisboa e Vale do Tejo
PROGRAMA PRODER
MEDIDA Várias
WEB SITE www.quintadealcube.com

Naturasin, uma empresa que decidiu ver mais longe

Promover a biodiversidade animal, através da preservação da raça asinina e investir em novos nichos de mercado que permitam a sustentabilidade deste projeto inovador, constituem objetivos principais da jovem empresa

Visionários, perseverantes, motivados, são alguns dos qualificativos que poderiam designar os promotores do projeto Naturasin.

Estes jovens empreendedores decidiram apostar num nicho de mercado praticamente inexplorado, a produção de leite de burra para a indústria cosmética. A este objetivo central do projeto, sediado na exploração agrícola “Monte das Faias” com uma área de 482 hectares em Montargil no Couço perto de Coruche, associa-se a preocupação em preservar a espécie asinina, uma espécie atualmente em vias de extinção. As instalações pecuárias há muito desativadas foram adaptadas para a criação de burros, de Raça Asinina de Miranda (única raça autóctone portuguesa), com o objetivo de produzir, transformar e comercializar leite de burra.

Os dois empresários, Miguel Ferreira de Carvalho e Filipe Tavares de Carvalho, formados respetivamente em Engenharia Técnica de Produção Agropecuária e Gestão de Empresas, lançaram-se nesta aventura há quatro anos atrás. Lutando contra ventos e marés com as muitas dificuldades que surgiram no percurso de criação desta empresa, conseguiram ultrapassar obstáculos tão difíceis como a ausência de legislação e enquadramento legal sobre a produção de leite desta espécie, tendo mesmo contribuído para as alterações no regulamento europeu, que agora reconhece a espécie como leiteira.

A investigação/desenvolvimento, com a participação ativa de um núcleo duro de universidades e centros de investigação, constitui uma etapa essencial no processo de melhoria da produção e na incorporação de tecnologias, que têm vindo a beneficiar o projeto e potencialmente, outros agentes que queiram investir nesta área. A título de exemplo, e no quadro de um Protocolo de Cooperação com a Escola Superior Agrária de Coimbra, foi investigado e testado com sucesso um método de transformação e de desidratação do leite, completamente inovador, que mantém intactas as características iniciais e naturais do leite.

Atualmente a empresa exporta praticamente toda a produção, para o Japão, Alemanha, França, Polónia comercializando em Portugal apenas uma pequena parte, preferindo a qualidade à quantidade, numa opção de “venda mais próxima do consumidor final”, e defendendo uma produção extensiva, que respeite o bem estar animal e o ambiente, e que dê garantias claras de qualidade.

A empresa optou por comercializar o produto sob a forma liofilizada (em pó), porque esta modalidade permite manter as qualidades naturais do leite, facilita a armazenagem, validade de produto e o transporte para longas distâncias. O leite em pó concentrado permite que a sua aplicação nos produtos finais seja realizada em quantidades maiores, com elevadas concentrações dos elementos, essencial para as suas qualidades se manifestarem em pleno no produto final, como sabonetes ou cremes.

A “produção vertical” entendida como o processo que vai da criação dos animais à produção do leite em pó constitui também uma opção importante do empreendimento, permitindo um acompanhamento e controlo de todo o ciclo de produção.

A dimensão empregadora do projeto é de assinalar dado que até ao momento já permitiu a criação de quatro postos de trabalho líquidos, entre os quais o de uma especialista em biotecnologias.

O financiamento do PRODER possibilitou concretamente a instalação de parques de pastoreio com prados permanentes, a construção de cercas, a construção de sala de ordenha e a aquisição de equipamento de transformação do leite em pó.

Nada parece travar a dinâmica desta empresa que continua a privilegiar um modelo de crescimento gradual e sustentado aliado à procura e centrado nos processos de excelência de qualidade do produto final. Sem dúvida um exemplo a seguir...



PROJETO	Naturasin - Produção de Leite de Burra
PROMOTOR	Naturasin, Criação de Gado e Asinino, Lda.
LOCAL	Coruche, Lisboa e Vale do Tejo
PROGRAMA	PRODER
MEDIDA	1.1. Inovação e Desenvolvimento Empresarial
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 205.824,58
	FEADER: 24%
	Financiamento Público: 8%
	Financiamento Privado: 68%
WEB SITE	www.naturasin.pt

Vender para o mercado local, apostando em produções hortícolas e frutícolas na Madeira



Luís Bonito é um jovem agricultor que produz hortícolas e frutícolas: no 9º ano optou por um curso de Jovem Empresário Agrícola, uma formação da AJAM em Porto Santo, que lhe deu as ferramentas básicas para lançar a sua própria empresa. Apresentou o projeto de criação da empresa com 18 anos.

A transição para a atividade agrícola não foi uma novidade, dado que existia já uma tradição de trabalho familiar neste sector de atividade.

O financiamento do PRODERAM possibilitou a aquisição de equipamentos agrícolas, máquinas, sistemas de rega e a construção das estufas.

Tudo equipamento essencial para produzir ao longo de todo o ano uma grande diversidade de legumes e frutos - nabos, pimentão, alface, papaias, maracujá, limão, entre outros. O acesso a este financiamento foi fundamental para a concretização do projeto de criação de empresa.

Outro fator importante que contribuiu para o sucesso do projeto, foi o prémio instalação jovem agricultor, com um valor de 15.000 euros. Este prémio, que é um incentivo ao desenvolvimento da atividade agrícola pelos jovens sob a forma de um subsídio não reembolsável, no quadro da medida 1.2 do PRODERAM, permite o investimento numa fase inicial de instalação.

A produção agrícola deste jovem agricultor é inteiramente comercializada no mercado grossista de S. Martinho.

Investir no empreendedorismo agrícola, após uma ação de formação para jovens empresários agrícolas, foi a via escolhida por este jovem agricultor Madeirense

Olhando para o passado recente, o empresário não lamenta as escolhas realizadas: "Sim, provavelmente seria mais prudente, investiria de maneira mais faseada, mas as opções seriam exatamente as mesmas".

Como Luís Bonito cada vez mais jovens optam pelo empreendedorismo agrícola, colocando de lado a imagem estigmatizada que porventura a profissão possa ter tido.

Relembra que uma vez, na escola primária, a professora perguntou aos seus alunos que profissão gostariam de exercer, e que lhe respondeu timidamente que gostaria de ser agricultor. É que os colegas pretendiam ser médicos, ou engenheiros.

Provavelmente se fosse hoje, isso já não teria acontecido. Sinal dos tempos, a profissão tem vindo a ser requalificada socialmente e a imagem do jovem empresário agrícola é muito positiva. E para tal têm contribuído todos os incentivos à criação de empresas e à primeira instalação, uma oferta de



formação adaptada às características de um público-alvo jovem e decido a optar pela via técnico-profissional e um apoio técnico por parte de instituições públicas e privadas, que permitem a jusante e a montante dos projetos, um acompanhamento e que são garantes da longevidade e desenvolvimento destas iniciativas.

PROJETO	Barros Bonito, Frescos, Unipessoal
PROMOTOR	Barros Bonito, Frescos, Unipessoal, Lda.
LOCAL	Ponta do Sol, R.A. Madeira
PROGRAMA	PRODERAM
MEDIDA	1.5. Modernização das Explorações Agrícolas e 1.2 - Instalação de Jovens Agricultores
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 183.403,38
	FEADER: 51%
	Financiamento Público: 9%
	Financiamento Privado: 40%

Uma Loja Azul para promover e comercializar a produção local em Santa Maria



INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

Promover, divulgar e comercializar a produção local, foi este o objetivo da criação da Loja Azul

A ideia do projeto surge há 6 anos atrás, numa iniciativa conjunta da Associação Agrícola de Santa Maria e da Secretaria Regional de Agricultura. Um estudo realizado por uma empresa de consultoria, sobre estratégias de produção e valorização dos produtos agrícolas apontava este como um caminho a seguir e coincidia em pleno com a visão dos principais parceiros do projeto.

Criou-se assim a Agromariensecoop – Cooperativa de produtores, agropecuários da Ilha de Santa Maria, CRL, com o objetivo específico de comercializar a produção local, promovendo uma imagem de marca dos produtos da Ilha.

O perfil dos agricultores que comercializam na cooperativa: na maioria jovens, com pequenas parcelas com alguma dispersão, complementam a produção pecuária com a agricultura.

Uma das componentes do projeto foi a criação de uma central Hortofrutícola de modo a concentrar a produção, aumentar a força negocial, incentivar a produção de qualidade e a promoção dos produtos, com a abertura de um armazém com condições que possibilitam o acondicionamento e proteção dos produtos e a pesagem, a instalação de equipamentos de frio e de embalamento.

O Centro Logístico e Alimentar possui atualmente uma melaria e uma cozinha equipada para a fabricação de compotas com produtos de toda a Ilha. O projeto adquiriu uma viatura com caixa isotérmica e dois contentores de frio, para transporte, de acordo com as regras de higiene e segurança dos alimentos.

A Loja Azul, a terceira componente deste projeto, situada no centro da vila, tem as portas abertas todos os dias. Aqui pode-se comprar a batata-doce, o nabo da terra, o inhame e igualmente os legumes tradicionais, tais como batatas, alfaces, tomates.

Protocolos com instituições públicas e privadas locais (cantinas escolares,

Santa Casa da Misericórdia) possibilitam o abastecimento direto de cantinas, com o duplo objetivo de aumentar o consumo de produtos locais e estimular bons hábitos alimentares.

O balanço é muito positivo, dado que permitiu aumentar a produção, a colocação dos produtos locais nos mercados e supermercados, a promoção e valorização de alguns produtos regionais, tal como a meloa de Santa Maria, uma variedade de meloa muito doce e aromática, com teores de vitaminas e cálcio superiores à média. Foi iniciado paralelamente um processo de certificação de produtos de Indicação Geográfica Protegida. Desde que se iniciou este trabalho o número de produtores de meloa passou de quatro para catorze e o volume de produção aumentou de trinta para cem toneladas.

Uma produção em progressão que se pauta por rigorosas exigências de qualidade.

PROJETO	Loja Azul
PROMOTOR	Agromariensecoop - Cooperativa de Produtores Agro-pecuários da Ilha de Santa Maria, CRL
LOCAL	Vila do Porto, R.A. Açores
PROGRAMA	PRORURAL
MEDIDA	3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 139.436,09
WEB SITE	www.agromariensecoop.com

Sitas, criação de serviços de proximidade e reforço dos laços sociais

Respostas a necessidades sociais não satisfeitas em Sousel, no Alentejo, a ARCS esteve na origem de um projeto cujos principais objetivos são aumentar a mobilidade e acessibilidades dos mais idosos, bem como prestar pequenos serviços de reparações que em muito facilitam a vida desta camada da população

INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

Sousel é um concelho com uma extensa área geográfica, sem uma rede de transportes pública adequada às necessidades da sua população, na sua maioria idosa e com baixos rendimentos.

A Associação Recreativa e Cultural de Sousel (ARCS) é uma associação constituída em 1991, que foca a sua intervenção no trabalho comunitário, em atividades que promovem a integração social de pessoas em situação de risco e de exclusão social e económica no concelho de Sousel.

Esta associação polivalente, com estatuto de IPSS, desenvolve um grande número de atividades e oferece diferentes serviços à população: um Centro de Dia, dois ATL, um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), uma oferta regular de ações de formação, são só alguns exemplos das atividades da associação.

O Projeto SITAS - Serviços Integrados de Transporte e Apoio Social, é um projeto inovador promovido pela Associação, para responder às necessidades da população idosa com poucos recursos económicos. O projeto responde a duas necessidades: a das acessibilidades, tendo em conta as fragilidades da rede de transportes, e as necessidades específicas desta população alvo em pequenas reparações no domicílio.

O primeiro objetivo do Táxi Social foi permitir o acesso aos serviços existentes na sede do Concelho, mas rapidamente este serviço passou a assegurar também grande parte do transporte de doentes não urgentes.

As reparações são trabalhos de canalização, eletricidade e outras pequenas avarias, e constituem atualmente um serviço único no país, que em muito contribui para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. “Pode ser desentupir uma canalização, como colocar uma lâmpada, pequenos serviços que facilitam e melhoram imenso a o dia a dia das pessoas”, explica o Dr. Luís Correia, Diretor Técnico desta Associação.

Podem usufruir deste serviço pessoas com mais de 65 anos ou que estejam sinalizadas em situação de carência socioeconómica.

Mas estas atividades também contribuem para quebrar ciclos de isolamento e para a diminuição de situações de exclusão social, através de respostas humanizadas e agilizadas por estreitas relações de proximidade, entre os agentes e os beneficiários envolvidos no projeto.

Tendo em conta o sucesso do SITAS, a Associação está a preparar com a Autarquia a sua ampliação.

O Diretor Técnico desta Associação, considera que este tipo de serviços poderia e deveria ser realizado a uma escala muito maior, ou seja a nível nacional, por todas as autarquias. Do seu ponto de vista, generalizar este tipo de iniciativas, permitiria melhorar a qualidade de vida dos mais idosos, não entraria em concorrência com nenhum agente privado, e permitiria rentabilizar e racionalizar recursos nas autarquias para ações que têm uma grande incidência na qualidade de vida das pessoas.

O repto fica lançado...



PROJETO.....	SITAS - Serviços Integrados de Transporte e Apoio Social
PROMOTOR	Associação Recreativa e Cultural de Sousel (ARCS)
LOCAL	Sousel, Alentejo
PROGRAM	PRODER
MEDIDA	3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 38,629 €
	FEADER: 60%
	Financiamento Público: 15%
	Financiamento Privado: 25%
WEB SITE	ARC Sousel / Facebook

Encostas do Côa, apostar na oferta turística integrada em meio rural

Promovido por um jovem da região, o empreendimento Encostas do Côa oferece um turismo rural de qualidade e um conjunto de atividades integradas, a quem queira visitar a região

Se fosse turista em Pinhel, há meia dúzia de anos atrás, não teria onde pernoitar.

Agora, o Encostas do Côa, oferece alojamento de grande qualidade e um conjunto de atividades a quem queira visitar a região.

Promovida pelo jovem Pedro Fernandes, esta iniciativa, é um projeto familiar, onde cada membro da família desempenha o seu papel. Ao leme do empreendimento, o promotor e um irmão assumem as principais valências deste projeto: o turismo e a produção de mel.

O projeto assentou na recuperação de um imóvel de família e sua adaptação a alojamento turístico como casa de campo, e foi financiado no quadro da acção 3.1.3. do PRODER.

A habitação principal foi remodelada mantendo a traça do imóvel e integrando elementos arquitectónicos modernos. Os oito quartos do Encostas do Côa têm nomes de plantas melíferas e a cor da pintura das paredes individualiza-os. Tudo ou quase tudo é feito pelos membros da família, usando a criatividade de cada um, através da recuperação, valorização e reabilitação do que existe localmente. Os candeeiros e toalheiros foram realizados pelos próprios. Compotas e bolos do pequeno-almoço são de fabricação caseira. Mas também se investe na produção portuguesa: os móveis foram encomendados a uma fábrica de mobiliário do Norte, por exemplo.

O pacote de atividades propõe um conjunto de iniciativas complementares: Se quiser fazer um passeio pelas belíssimas aldeias históricas ou visitar os sítios rupestres da região, basta pedir e poderá ainda apreciar o encanto de um piquenique em plena natureza. Canoagem, no Rio Côa e na barragem

de Vascoveiro, BTT, e outras atividades desportivas são igualmente propostas aos visitantes. Também é possível organizar passeios de burro ou de cavalo. As visitas ao apiário são igualmente recomendadas se quiser saber mais sobre a vida das abelhas e a coleta do mel.

O Encostas do Côa contribuiu decididamente para o crescimento da oferta turística da região, promovendo o desenvolvimento de atividades turísticas, de lazer e de animação e promovendo simultaneamente a conservação e a revalorização do património rural.

Graças ao projeto foram criados os dois postos de trabalho dos jovens irmãos, possibilitando a fixação na região do seu promotor e família.

A paixão destes empreendedores pelo território, e pelo que fazem é visível e contagiante: o projeto está longe de se considerar encerrado. Até ao final deste ano, os turistas poderão optar por uma estadia no Parque de campismo, instalado nos quase dois hectares de terreno.

Um projeto surpreendente de uma Casa com quarto na árvore, conta já com uma longa fila de espera de interessados.

O Museu do Mel abrirá as suas portas brevemente e tal como as outras atividades quer-se interativo e participativo e com um elevado padrão de qualidade. Uma bonita homenagem a Abel, o avô de Pedro e Vítor, que com a idade de seis anos e então, pequeno pastor de ovelhas, decidiu cortar um cortiço e começar a criar abelhas. Uma paixão que dura até hoje.

PROJETO	Encostas do Côa
PROMOTOR	Encostas do Côa Turismo no Espaço Rural, Unipessoal, Lda.
LOCAL	Pinhel, Centro
PROGRAMA	PRODER
MEDIDA	3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego
INVESTIMENTO TOTAL ...	TOTAL: € 283.107,71
WEB SITE	www.encostasdocoa.pt

Mepellets: contribuir para reduzir a fatura energética e defender a floresta

Inovação e ecologia
poderia ser o mote que define a missão da Mepellets.
Constituída em 2008, a empresa produz e comercializa pellets,
resíduos de madeira prensados sob a forma de pequenos cilindros
destinados ao aquecimento doméstico e industrial



anual de 4.000 a 5.000 toneladas, estes empresários decidiram apostar na qualidade como fator de diferenciação do produto.

Comercializam os seus produtos a grossistas e a alguns particulares. A maioria de produção é exportada para Espanha, Itália e França.

O projeto permitiu a criação e fixação de emprego qualificado no Concelho, com cinco postos de trabalho permanentes e um ou dois postos de trabalho em períodos de pico da produção bem como a criação indireta de emprego e mais-valias ao nível da exploração florestal.

Outros efeitos visíveis desta iniciativa, residem no seu contributo para o melhoramento da gestão da floresta, com o trabalho de limpeza de matas e florestas e do aproveitamento de resíduos, que não são recolhidos por não apresentarem vantagens económicas para os proprietários, contribuindo para a prevenção dos incêndios florestais e constituindo um contributo para a revitalização da economia local.

O financiamento do PRODER possibilitou investimentos nas componentes operacionais da unidade fabril: posto de transformação, obras ao nível da construção civil e elétrico, sistema solar térmico para aquecimento das águas e algum mobiliário. E foi central, como fazem questão de sublinhar: "Nós não somos ricos, investimos as nossas economias até ao último cêntimo, sem o financiamento o projeto pura e simplesmente não teria avançado."

O apoio do GAL Leader foi realçado com ênfase "muito profissionais, muito cooperantes, muito disponíveis, apoiaram integralmente".

Um bom exemplo de parcerias dinâmicas a jusante e a montante de um projeto.

Este projeto ilustra o potencial e a importância da inovação e criatividade em zonas rurais profundas, como é o caso de Melgaço, um Concelho de pequena propriedade florestal, com uma população envelhecida, onde a atividade agrícola tem vindo a perder peso.

A ideia do projeto começou com uma visita a uma feira onde os agricultores se familiarizaram com uma máquina de fazer "briquettes". Depois de estudarem seriamente a hipótese de se lançarem no negócio, os três futuros sócios, de idades compreendidas entre os 34 e os 55 anos, chegaram à conclusão que a exploração das "pellets" pelas suas características próprias, poderia ser mais interessante que as "briquettes", dado que permitem uma alimentação automática, ou seja a sua pequena dimensão possibilita que sejam utilizadas nas caldeiras como qualquer outro combustível, sem necessidade de recarregar frequentemente.

O aproveitamento da biomassa sólida proveniente de florestas ardidas, rolaria, estilha de madeira, resíduos florestais e animais constitui a base da matéria prima destes produtos.

Assim, o projeto tem uma vertente marcadamente ambiental, através do esforço de recuperação de resíduos, e uma vertente de maximização da eficiência energética com a criação de produtos com grande capacidade calorífica que permitem ganhos energéticos para o mercado.

Apesar de considerarem que têm uma pequena produção, com um volume

PROJETO	Aproveitamento de Resíduos Florestais
PROMOTOR	MELPELLETS, Energias Renováveis, Lda
LOCAL	Melgaço, Norte
PROGRAMA	PRODER
MEDIDA	1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial
INVESTIMENTO TOTAL ...	€ 275.438,70
	FEADER: 48%
	Financiamento Público: 12%
	Financiamento Privado: 40%
WEB SITE	www.mepellets.com

A Vitacress, uma empresa líder em Portugal na produção das baby leaf

Uma implantação nacional consolidada de agrião e o alargamento para novos mercados internacionais são os resultados mais visíveis deste projeto Alentejano

INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

A empresa Vitacress Agricultura é um dos principais produtores, embaladores e distribuidores Europeus de saladas de elevada qualidade com folhas jovens e inteiras (baby leaf), lavadas e prontas a comer.

A empresa teve a sua origem no Reino Unido, e investiu em Portugal na zona de Odemira e Almancil desde os anos 80. Em 2008, o grupo foi adquirido por capitais portugueses. Atualmente, o grupo comercializa os seus produtos em Inglaterra, Portugal e Espanha, fornece retalhistas e serve igualmente o setor de food service, catering e mercados grossistas.

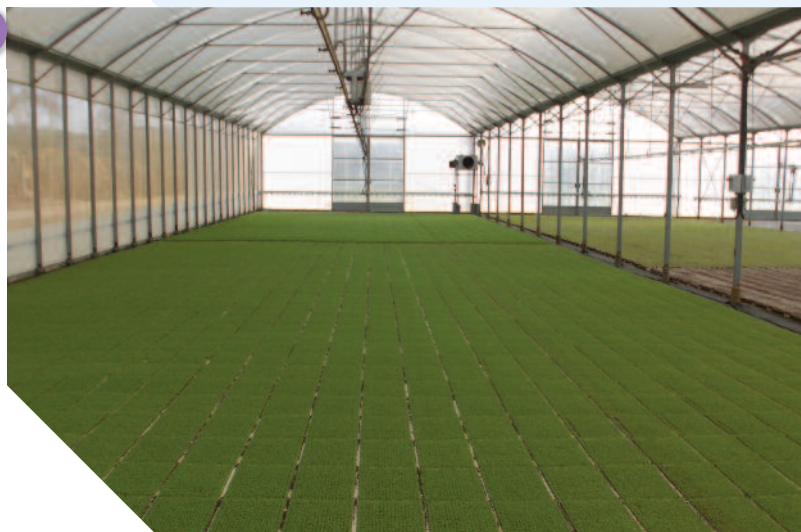
O grupo foi pioneiro no mercado nacional na introdução das saladas de folhas e nas saladas embaladas prontas a consumir, a partir de 2003.

A empresa diversificou a sua produção com um leque variado de produtos hortícolas e com a introdução de uma gama de produtos biológicos. A produção biológica equivale a 5% do total e a empresa considera que a procura tem vindo a aumentar.

Das cerca de oitocentas toneladas de produção anual, 40% são exportadas, em especial para o Reino Unido (300 camiões de legumes por ano) e Espanha (100 camiões). A produção própria ronda os 95% e o resto é garantido por um grupo de produtores distribuídos por diferentes regiões. O acesso ao financiamento do PRODER, permitiu à empresa reforçar a sua posição de liderança no mercado na produção e venda de agrião, conseguindo manter uma oferta permanente ao longo do ano; outro objetivo conseguido com este investimento, foi o reforço do segmento de produção biológica no qual o grupo aposta fortemente.

Entre outros, o financiamento permitiu o alargamento da área útil das plataformas existentes para a produção de agrião de cerca de 12 ha para 15 ha, a construção de uma área coberta do tipo estufa para o processo de propagação e aquisição de "tabuleiros" apropriados para a geminação de sementes de agrião e alguma maquinaria específica.

Como resultados visíveis, destaca-se o reforço da oferta de agrião, incluindo agrião biológico. O aumento da área permitiu também uma gestão da produção mais flexível que acompanha e garante a capacidade de resposta às flutuações da procura, bem como a capacidade de responder ao aumento da procura e de se posicionar nos mercados europeus.



PROJETO Vitacress
PROMOTOR Vitacress, Agricultura Intensiva, SA
LOCAL Loulé, Algarve
PROGRAMA PRODER
MEDIDA 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial
INVESTIMENTO TOTAL ... € 1.354.610
Financiamento Público: 37%
Financiamento Privado: 63%
WEB SITE www.vitacress.pt

A Medida Intervenções Territoriais Integradas: um desafio para proteger a biodiversidade e promover a economia sustentável nos territórios

INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

grande número de atores locais em torno de objetivos ambientais claramente definidos e na preocupação em conciliar preservação do ambiente e atividades económicas sustentáveis para os territórios.

As Estruturas Locais de Apoio, constituídas pelos parceiros pertinentes públicos e privados à escala local, são as organizações de animação responsáveis pela monitorização e acompanhamento de cada ITI e têm um papel relevante no diagnóstico das ações a empreender, na sensibilização da população alvo e no acompanhamento e monitorização das ações no terreno. Do trabalho de proximidade realizado com os beneficiários das medidas, resulta um forte investimento em ações produtivas comprometidas com o ambiente, nas quais os principais agentes são os próprios agricultores. Cada ITI é desenvolvida no seu território de acordo com as especificidades locais, o que explica a riqueza e diversidade dos projetos no terreno. Um trabalho de identificação dos sistemas agrícolas e florestais relevantes para a conservação e manutenção dos valores naturais é realizado previamente. Assim, em função das características do território e dos apoios considerados (apoios agroambientais, silvoambientais e investimentos não produtivos) poder-se-ão encontrar realizações tão diferentes como a manutenção de socalcos para as vinhas, (Douro Vinhateiro), a manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural (Peneda-Gerês), a gestão de pastoreio em áreas de baldio (serra da Estrela) conservação da rede de corredores ecológicos (Tejo Internacional). Mas independentemente destas designações padrão, comuns às ações empreendidas por vários territórios, encontra-se uma grande variedade de iniciativas e projetos, que combinam preservação do ambiente e defesa da biodiversidade com atividade económica (ver artigo Tejo Internacional).

São beneficiários potenciais pessoas singulares ou coletivas de natureza privada que se dediquem à produção agrícola em áreas agrícolas e agroflorestais localizadas nas regiões-alvo das ITI.

O programa de Desenvolvimento Rural Continente (PRODER) inclui a medida 2.4 - Intervenções Territoriais Integradas, dirigida a onze territórios do Norte ao Sul do País, todos eles com um património ambiental muito rico e com características únicas: "Douro Vinhateiro", "Peneda-Gerês", "Montesinho-Nogueira", "Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa", "Serra da Estrela", "Tejo Internacional", "Serras de Aire e Candeeiros", "Castro Verde", "Costa Sudoeste", "Monchique e Caldeirão" e "Zonas de Rede Natura do Alentejo".

As Intervenções Territoriais Integradas constituem um conjunto de ações integradas e territorializadas com o objetivo de promover uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais adequados à conservação de valores relevantes de biodiversidade e paisagem.

Mais concretamente as ITI propõem-se contribuir para a preservação de habitats e de determinadas espécies florísticas e faunísticas ameaçadas, através da gestão de espaços cultivados de grande valor natural, suporte de valores de biodiversidade e de manutenção da paisagem e de espaços florestais onde as espécies florestais autóctones, a diversidade específica e a riqueza florística e faunística fundamentais à biodiversidade e à preservação dos valores ecológicos e biológicos estejam presentes.

O interesse desta medida reside na abordagem territorial que envolve um

ITI de Castro Verde: proteger a Paisagem, Salvar as aves e manter a produção em Castro Verde

A vasta planície, denominada “Campo Branco”, em Castro Verde, constitui uma região fundamental para a proteção da biodiversidade.

Uma larga parceria associa diferentes atores locais e agricultores numa luta que tem vindo a ser ganha graças a esta unidade: campos e aves agradecem

A ITI de Castro Verde tem como objetivo principal a preservação das aves estepárias e da biodiversidade associada aos sistemas arvenses desta região que abrange seis concelhos alentejanos: Castro Verde, Ourique, Almodôvar, Mértola, Aljustrel e Beja.

A paisagem destas belas e extensas planícies, onde coabitam agricultura e pecuária extensivas, baseada no cultivo tradicional de cereais de sequeiro em rotação com pousios, é muito importante para a conservação da biodiversidade. Tendo em conta as características únicas desta região, existe um histórico de apoios que têm garantido a continuidade de medidas de conservação e desenvolvimento, que tiveram início com a criação de uma Zona de Proteção Especial (ZPE), com uma área total de 85.345 ha, integrada na Rede Natura 2000. Em seguida, em 1995, é criado o Plano Zonal de Castro Verde, com o objetivo de conciliar a atividade agrícola com a proteção de espécies em perigo de extinção. A Intervenção Territorial Integrada de Castro Verde, dá continuidade ao PZCV, associando apoios de natureza agroambiental (medida 214 do FEADER) e silvoambiental (medida 225 do FEADER) e incentivo a investimentos não produtivos (medidas 216 e 227 do FEADER), necessários para a conservação das aves estepárias e a manutenção da atividade agropecuária extensiva.

A medida agroambiental de manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio, e a da sementeira direta (uma modalidade de sementeira que visa proteger a estrutura destes solos delgados e com pouca matéria orgânica) são consideradas complementares e constituem o investimento principal.

Mas os apoios silvoambientais de renaturalização de montados de azinho, manutenção da vegetação autóctone e de galerias ripícolas, a conservação da rede de corredores ecológicos também têm um peso relativo importante nas ações desta ITI Alentejana.

A proteção da avifauna dependente da estepe cerealífera, era um objetivo central deste programa, dado que algumas destas espécies se encontravam ameaçadas de extinção a nível nacional e europeu, como é o caso da

Abetarda (Otis tarda), o Sisão (Tetrax tetrax) e o Peneireiro-das-torres (Falco naumanni) – sendo assim importante aumentar as populações de aves. E este objetivo principal tem sido conseguido, graças à estreita colaboração com os agricultores, que se assumem como os atores principais neste combate pela reabilitação e conservação do património natural, associando harmoniosamente objetivos de produção com os de proteção e conservação. Assim, no caso da Abetarda a evolução tem sido excecional no entender do Engenheiro Miguel Cardoso, delegado regional de Beja da DRAP Alentejo: - “O aumento das populações de aves estepárias identificadas é considerado como um bioindicador; sem a colaboração dos agricultores teria sido impossível alcançar estes objetivos tendo em conta a extensão das planícies e a localização dos ninhos, que só os produtores conhecem e protegem. Após um estudo de contabilização, de identificação dos locais de nidificação e de monitorização bastante intensiva das aves, foi realizado um importante trabalho de sensibilização, e o trabalho em conjunto tem dado excelentes resultados.

Um exemplo de investimentos nesta área: algo tão simples como as vedações, que são estudadas de modo a permitir às abetardas passarem quer por baixo quer por cima destas, evitando obstáculos impeditivos da mobilidade das aves.

Projetos para o futuro? continuar este trabalho, que garantirá às futuras gerações que o seu património mais precioso está ser preservado.

Parceiros ELA:

*Associação de Agricultores do Campo Branco (AACB)
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo)
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas IP (ICNF)
Liga para a Proteção da Natureza (LPN)*



Preservar o mosaico duriense, na sua diversidade e beleza e garantir a continuidade de uma produção de uma excepcional qualidade, através de um trabalho conjunto entre produtores e agentes locais: é o objectivo central desta ITI

Esta ITI situa-se na Região Demarcada do Douro, onde os vinhos podem ter as afamadas Denominações de Origem “Porto” e “Douro”. Esta região, onde a atividade humana se integrou com harmonia na monumentalidade de uma paisagem única, é produtora das mais valiosas castas e vinhos.

É uma região com uma área geográfica de 750.000 ha, com cerca de 48.000 ha em produção vitícola, 42.000 ha são considerados vinha contínua, 36.000 dos quais em encosta, constituindo assim uns notáveis 18% da viticultura europeia de encosta. A maioria da produção é de minifúndio. Dos cerca de 35.000 produtores da região, 80% produzem menos de 10 pipas de vinha, com uma média de área de vinha de 1,4 hectares. Nesta zona classificada pela UNESCO Património Mundial da Humanidade, não só como património ambiental, mas ainda como Paisagem Cultural Evolutiva Viva, a preservação do mosaico paisagístico constituído pelas vinhas, nos vários sistemas, pré-filoxérico, pós-filoxérico, e nas suas formas modernas, constitui o principal objetivo da ITI. Assim, os socalcos suportados por muretes constituem a intervenção central do programa, em torno da qual se estruturam um conjunto de intervenções que comprometem duradoramente os produtores com a sua paisagem.

Ao longo dos séculos, foram sendo construídos, sabiamente incrustados nas encostas pela mão do homem, os socalcos que moldaram a paisagem, numa alternância de linhas, que seguem as curvas de nível, ou de terraços e patamares de onde podem ser contempladas as sinuosidades do rio Douro. Estes socalcos constituem só por si um valioso património paisagístico.

Mas é o conjunto da atividade que associa paisagem e produção que a ITI contempla, através de compromissos que incidem no modo de produção

da vinha, do olival, do amendoal, e dos pomares de cerejeiras, garantindo simultaneamente perenidade e sustentabilidade a estas produções tradicionais e a elementos “notáveis” da paisagem.

Nas componentes agroambiental e investimentos não produtivos apoia-se a manutenção e a reconstrução de 4.600 quilómetros de muretes, sendo beneficiários destas medidas cerca de 5.000 agricultores.

Mas também se apoiam os mortórios, socalcos abandonados após a praga da filoxera em 1856, ocupados atualmente por matos mediterrânicos que constituem uma excecional reserva florística e faunística. Aqui coabitam as mais variadas espécies: o rosmaninho, a carqueja, o medronheiro, a giesta, o trovisco, e, na floresta, o pinheiro, o carvalho, o castanheiro e o sobreiro. As galerias ripícolas, presentes ao longo das linhas de água constituem habitats naturais na interface entre a terra e o rio, e encontram-se igualmente contempladas pelas medidas de apoio das ITI.

Trata-se pois, globalmente, de preservar o equilíbrio que mantém este ecossistema vivo e produtivo, através de sistemas de compromissos comuns a todas as ITI, e vitais para garantir a sua sustentabilidade.

Alguns exemplos: manter as oliveiras, amendoeiras e citrinos que existem nas parcelas ou nas suas bordaduras, evitar o abandono destas atividades agrícolas tradicionais complementares o que colocaria irremediavelmente em perigo o mosaico paisagístico duriense, recuperar os muros danificados respeitando prazos temporais, desenvolver boas práticas nos modos de produção das culturas (a ELA produziu um Manual que pode ser utilizado como auxiliar técnico), não efetuar mobilizações de solo no caso das oliveiras e da amendoeiras, e nos matos mediterrânicos dos mortórios.

A ITI prevê, ainda, no quadro dos Investimentos não produtivos, a requalificação de casebres ou cardenhas, as casas onde dormiam os vindimadores, e pombais, um investimento fundamental no quadro da preservação do riquíssimo património vernacular da região.

Dos nichos dos geios, os estreitos socalcos pré-filoxéricos, construídos com suor e lágrimas pelos homens que outrora trabalharam aquelas duras e belas encostas, onde eram plantadas nesses tempos videiras, é possível contemplar a incomensurável beleza da paisagem. E o lento caminho do rio, que alimenta com benevolência a atividade dos homens e das suas terras. Um pouco por todo o lado, o registo do que de mais sagrado encontraram entre céu e rio: nichos com imagens esculpidas, pequenos retábulos, ermidas, capelas e santuários.

E é a essa beleza ímpar, na perfeita associação entre o esforço de gerações de homens e a generosidade da natureza, que se trata de dar continuidade. Sem hesitar.

Parceiros ELA:

Casa do Douro

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

UNIDOURO





INICIATIVAS BONS EXEMPLOS

A Herdade do Fervedouro na ITI do Tejo Internacional: da produção de carne Mirandesa à observação das aves

Uma propriedade familiar, em Rosmaninhal, em pleno Tejo Internacional, uma experiência de produção em Agricultura Biológica e uma grande sensibilidade para os problemas ambientais, são a combinação perfeita para um projeto integrado que se afirma na pluralidade e complementaridade de um conjunto de atividades com um mote comum: produzir preservando a biodiversidade

Pedro Tonel, 41 anos e engenheiro de produção animal já tinha uma vasta experiência de projetos na área agrícola, nomeadamente em agricultura biológica, quando decidiu lançar este projeto, em 2008, numa propriedade familiar com cerca de 400 ha.

A produção de carne Mirandesa é uma importante componente do projeto, criada em modo de produção biológico. Comercializada localmente e para a cadeia Pingo Doce, fornece um produto de excelência.

Mas falar de um projeto integrado, onde a produção se alia estreitamente à conservação e proteção da biodiversidade seria dizer pouco.

Na Herdade do Fervedouro, situada em Idanha-a-Nova, que é na realidade a soma de duas propriedades, uma com 390 hectares e outra com 120 ha, o montado de azinho complementa-se com cerca de 49 ha de corredores ecológicos, constituídos por maciços arbóreos com alto interesse para a biodiversidade.

Cem hectares de pastagens biodiversas com trevo, contribuem para o Fundo Português do Carbono ao abrigo da Terra, a entidade que gere o FPC.

Preservar fauna e flora são objetivos centrais do projeto. Em 2007, um importante prémio “Conheça as aves da sua propriedade” atribuído pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, reconhece que esta é segunda propriedade com maior diversidade de aves em Portugal:

aqui podem ser observadas pelo menos 52 espécies de aves, entre as quais a Cegonha-Preta, o Grifo, a Cotovia de Poupa ou o Melro Azul.

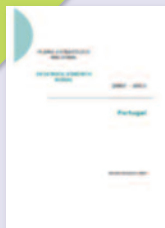
Graças ao financiamento PRODER, e no âmbito das Iniciativas Territoriais Integradas (ITI), componente investimentos não produtivos, desenvolve-se também outra dimensão do projeto, o turismo rural, numa oferta que se pretende limitada e de muita qualidade. Será esta vertente que dará corpo à reabilitação de casebres e furdões (onde se guardavam outrora os porcos de montanha) num local onde a vista abarca o Tejo e as terras de Espanha, num ângulo de 360 graus.

Outra atividade integrada, são os percursos pedestres, com o objetivo de observar a fauna, e pensados de forma controlada para não colidir com as nidificações, de que é exemplo a Rota do Veado. Com a Quercus, o projeto de Birdwatching permite aos amantes da aves, fazerem a observação num local privilegiado. A pesca aos achigãs é possível nas 18 pequenas barragens que se encontram na propriedade.

A caça é outra atividade prevista, uma caça controlada e destinada a regular o equilíbrio das espécies; um pavilhão de caça será realizado na segunda fase do projeto.

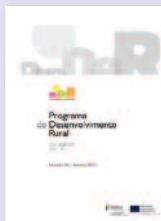
Tudo excelentes razões para agendar uma visita à Herdade.

PROJETO	Herdade do Fervedouro
PROMOTOR	Herdade do Fervedouro, Sociedade de Actividades Rurais, Lda.
LOCAL	Idanha-a-Nova, Centro
PROGRAMA	PRODER e outros
MEDIDA	2.4 - Intervenções Territoriais Integradas e outras
WEB SITE	(em construção)



Plano Estratégico Nacional 2007-2013

http://www.gpp.pt/drural/PEN_Novembro_2009_PT.pdf



PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013

<http://www.proder.pt/Handlers/FileHandler.ashx?id=26&menuid=329>



PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013

<http://prorural.azores.gov.pt/PRORURAL.pdf>



PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2007-2013

http://www.sra.pt/PRODERAM/files/Documents/PRODERAM/PRODERAM_Alteracao_Novembro_2011_Finalap.pdf



Programa para a Rede Rural Nacional 2007-2013

<http://prn.proder.pt/index.php/content/download/270/1605/file/Programa%20para%20a%20Rede%20Rural%20Nacional.pdf>

INTERNET

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas	http://www.gpp.pt/
PRODER	http://www.proder.pt/
PRORURAL	http://prorural.azores.gov.pt/
PRODERAM	http://www.sra.pt/PRODERAM/
PRRN - Programa para a Rede Rural Nacional	http://prn.proder.pt/
RRN - Rede Rural Nacional	http://www.rederural.pt/
REDR - Rede Europeia de Desenvolvimento Rural	http://enrd.ec.europa.eu/
DGAGRI - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (CE)	http://ec.europa.eu/dgs/agriculture/index_en.htm
Base de Dados Europeia de Projetos Financiados por Programas de Desenvolvimento Rural	http://enrd.ec.europa.eu/policy-in-action/rdp_view/en/view_projects_en.cfm

PAC pós
2013

<http://www.gpp.pt/Pac2013/>

O sítio da **Rede Rural Nacional (RRN)** é um meio de comunicação fundamental para a troca e divulgação de informação atualizada sobre as seguintes matérias:

- Notícias e eventos nacionais e internacionais com interesse para o Desenvolvimento Rural
- Informação sobre funcionamento e iniciativas da RRN
- Projetos Relevantes em meio rural
- Publicações da RRN
- Atividades, eventos, notícias das Redes Rurais de outros Estados-Membros e da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural
- Publicações e documentos com interesse para o Desenvolvimento Rural
- Área de comunicação interna reservada



www.rederural.pt



AV. AFONSO COSTA, 3 1949-002 LISBOA PORTUGAL · TEL.: (351) 218 442 391 FAX: (351) 218 442 380 E-MAIL: rederuralnacional@cgadcr.pt



GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural

A Europa investe nas zonas rurais